

UNIVERSIDADE CORPORATIVA BANCO DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MBA – GESTÃO EMPRESARIAL

**ALCA – CRIAÇÃO, CENÁRIOS E PRODUTOS/SERVIÇOS FINANCEIROS
DIRECIONADAS A ALCA**

**CURITIBA
ABRIL/2004**

JOSÉ ALCIONE BATISTA

**ALCA – CRIAÇÃO, CENÁRIOS E PRODUTOS/SERVIÇOS FINANCEIROS
DIRECIONADAS A ALCA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista, Curso de Especialização - MBA em Gestão Empresarial do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Sergio Bulgacov.

**CURITIBA
ABRIL/2004**

AGRADECIMENTOS

À **Deus**, Senhor da vida e de todos os dons.

Aos nossos **familiares**, pelo apoio, carinho e compreensão.

Aos nossos **mestres**, pelo zelo, eficiência e companheirismo.

À **todos** aqueles que contribuíram de alguma forma para a realização do presente trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1 - BLOCOS ECONÔMICOS	02
- Zonas de Livre Comércio.....	03
- União Aduaneira.....	03
- Mercado Comum.....	03
- União Econômica.....	04
- União de Integração Total.....	04
2 - ALCA – ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS	05
- O que é a ALCA.....	05
- Histórico.....	05
- Os países que formam a ALCA.....	07
- Condições para formação da ALCA.....	07
- Antecedentes do Processo da ALCA.....	09
- Princípios reguladores das negociações da ALCA.....	10
- Estrutura e organização das negociações da ALCA.....	11
- Situação do Brasil neste cenário.....	14
- O Brasil na ALCA.....	15
- Como anda o processo de implantação.....	16
- Estrutura das negociações.....	19
- Cronologia.....	20
- Algumas estatísticas sobre a ALCA.....	28
3 - BANCO DO BRASIL S.A.	29
4 - DESVANTAGENS DA ALCA PARA O BRASIL	31
- Obstáculos à ALCA.....	31
- As possíveis conseqüências da ALCA.....	32
5 – A ALCA E OS POSSÍVEIS GANHOS PARA O BRASIL	35
6 - O QUE PODERÁ ATRAPALHAR O BRASIL	45
7 - PERGUNTAS E RESPOSTAS	47
8 - PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS – BANCO DO BRASIL S.A.	50
CONCLUSÃO	63
BIBLIOGRAFIA	66

INTRODUÇÃO

O mundo, nas duas últimas décadas, passou por grandes transformações, a população brasileira, principalmente seu empresariado, vem sentindo os efeitos da globalização econômica. À percepção de que a competição internacional afetará não só o comércio exterior como também a comercialização interna.

A ALCA - Acordo de Livre Comércio das Américas - foi proposto no ano de 1994, durante a Cúpula das Américas, que ocorreu em Miami. Visa integrar todas as três partes da América em um bloco econômico. Contando com a adesão de 34 países das Américas Central, Sul e Norte, com exceção à Cuba. O bloco econômico irá não somente agregar a maior parte dessas populações inseridas de alguma maneira em um ou outro bloco, totalizando aproximadamente 800 milhões de habitantes, como também irá gerar o maior PIB entre os atuais blocos econômicos mundiais, estimado em 12 trilhões de dólares americanos.

O presente trabalho tem por finalidade trazer informações dos chamados Blocos Econômicos, do processo de criação da ALCA, com suas perspectivas e impactos para o Brasil e os produtos e serviços financeiros aplicáveis nesse mercado, montando cenários e recomendações.

1 - BLOCOS ECONÔMICOS

Os blocos econômicos são criados com a finalidade de desenvolver o comércio de determinada região. Para alcançar esse objetivo, eliminam as barreiras alfandegárias, o que torna o custo dos produtos menor.

Com isso, criam maior poder de compra dentro do bloco, elevando o nível de vida de seu povo. Como o mercado passa a ser disputado também por empresas de outros países, membros do bloco econômico, cresce a concorrência, o que gera a melhoria da qualidade e a redução dos custos.

“Cerca de 60% do comércio mundial atual ocorre dentro de acordos de livre comércio” Gilberto Dupas.

Os blocos econômicos são criados sob a forma de Zonas de Livre Comércio (primeiro estágio), que poder evoluir sucessivamente para:

- União Aduaneira (segundo estágio);
- Mercado Comum (terceiro estágio);
- União econômica (quarto estágio); e
- Integração Econômica Total (quinto estágio).

“O estabelecimento de um bloco comercial, pode gerar ou reduzir atividades produtivas e/ou comerciais, entre as nações participantes; de um lado observa-se aumento da produtividade, maiores opções de escolha, redução de preços de produtos com vantagem diferencial; de outro lado poderão fatores negativos tais como o desemprego, déficits nas contas externas e prejuízos acentuados em setores da indústria em determinados países participantes.” LIMA Alberto de Oliveira.

- Zonas de Livre Comércio

As Zonas de Livre Comércio são formadas por países que concordam em eliminar ou reduzir as barreiras alfandegárias apenas para as importações de mercadorias produzidas dentro dessa área.

- União Aduaneira

A União Aduaneira é mais ampla, além de eliminar as barreiras alfandegárias para as importações de mercadorias produzidas dentro da área, adota uma política tarifária comum em relação a produtos importados de países fora da área. O Mercosul (Mercado Comum do Sul) é uma União Aduaneira, pois está paulatinamente adotando tarifa zero para as mercadorias produzidas na área e também está paulatinamente adotando a Tarifa Externa Comum (TEC). Quando a TEC for totalmente implantada, uma mercadoria importada de um país fora da área (por exemplo, importação de automóvel da França) estará sujeita à mesma tarifa no Brasil, na Argentina e nos outros países componentes do Mercosul.

- Mercado Comum.

O Mercado Comum é aquele que, além do que foi estabelecido na União Aduaneira, não admite restrições aos fatores de produção, isto é, capital e trabalho.

O Mercosul prevê futuramente, a inexistência de restrições ao trabalho. A título de exemplo: um dentista brasileiro poderá ter consultório em qualquer país-membro.

- União Econômica

União Econômica é aquela que, além do que foi estabelecido no Mercado Comum, procura harmonizar as políticas econômicas nacionais. Assim, os países-membros mudam suas legislações para torna-las coerentes com os princípios estabelecidos pela União Econômica. A União Européia criou o Parlamento Europeu para atingir os objetivos citados.

- União de Integração Total

Nesse estágio, os países componentes do Bloco concordam com as condições estabelecidas na união econômica e vão além. Adotam uma política monetária comum. A exemplo do Euro na União Européia.

Existem hoje 48 blocos econômicos no mundo, sendo os principais os abaixo relacionados:

- União Européia (UE);
- Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc);
- Associação Latino-Americana de Integração (Aladi);
- Mercado Comum do Sul (Mercosul);
- North American Free Trade Agreement – Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta);
- Associação de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec);
- Área Asiática de Livre Comércio (Afta);
- CEI: Comunidade dos Estados Independentes, ex-URSS;
- E ainda o maior de todos, em implantação a ALCA.

2 - ALCA – ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

2.1 - O QUE É A ALCA

A ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) é uma proposta de acordo comercial apresentada pelo governo norte-americano, durante a 1ª cúpula das Américas – uma reunião de chefes de nações – realizada em Miami, EUA, em 1994. Entretanto, foi em 1998, quando aconteceu a 2ª cúpula das Américas, em Santiago, Chile, que o tema foi retomado com mais intensidade. Grupos de trabalho foram formados, além de um comitê de negociações comerciais (CNC), composto de vice-ministros de cada país envolvido. A partir daí as iniciativas para a implantação da ALCA começaram a ser efetivas.

A ALCA seria assim uma "zona de livre comércio" entre os EUA e todos os outros países das Américas e Caribe, com exceção de Cuba. O projeto avança a passos largos. Os prazos, já acertados, indicam para janeiro de 2005 o final das negociações, permitindo para dezembro do mesmo ano a entrada em vigor do acordo.

2.2 - HISTÓRICO

Com o final da Guerra Fria e a consolidação dos mega-blocos regionais na Europa e Pacífico, os EUA precisaram rever sua situação na economia mundial. A ampliação dos mercados e a constituição dos espaços econômicos supra-nacionais passaram a redefinir as regras da competição a nível mundial. Em junho de 1990, o então presidente George Bush lançou a "Iniciativa para as Américas", sem fixar prazos ou cronogramas rígidos, estabelecendo apenas como meta a formação de uma zona de livre comércio em todo o continente americano (do Ártico à Terra de Fogo). A proposta incluía estímulo a novos fluxos de investimentos para a América Latina, Caribe, além de acordos de renegociação das dívidas externas e acordos bilaterais de livre comércio com países do continente.

Os chefes de Estado de todos os países democráticos de nosso continente, reuniam-se em dezembro de 1994, em Miami, na Cúpula das Américas, com o fim especial de formular mecanismos que estimulassem o desenvolvimento e a prosperidade do continente, através da cooperação mútua e liberdade de comércio.

Neste cenário, surgia a proposta de criação da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas, visando eliminar progressivamente as barreiras impostas à circulação de mercadorias e investimentos entre as nações americanas, tendo como base os acordos sub-regionais e bi-laterais existentes. A declaração conjunta que foi assinada pelos 34 presidentes, enfatiza a oportunidade histórica de promover uma integração deste nível no continente, através da criação de uma zona de livre comércio que iria do Alasca à Patagônia.

Inicialmente os participantes a denominaram de AFTA (NAFTA sem o "N" de Norte-América). Porém, o embaixador do Brasil em Washington, Flecha de Lima, esclareceu que AFTA em português é uma doença. Diante disto, os negociadores do Departamento do Comércio propuseram o nome FTAA (Free Trade Área of the Américas). Nesta mesma reunião, ficou estabelecido que até o ano 2005 seria feito um cronograma que permitiria a criação da zona de livre comércio.

Em junho de 1995, na cidade de Denver - EUA, os ministros da área de comércio das nações americanas reuniram-se para dar início à preparação das negociações em torno da criação da ALCA. O movimento rumo à participação organizada do empresariado, para a formação da ALCA ocorreu em Denver, com a criação do Foro Empresarial das Américas. Os participantes foram dispostos em sete grupos de trabalho, com o propósito de identificar os pontos a serem negociados, avaliar os impactos da futura integração sobre os diversos setores da economia e organização social das nações do hemisfério, além de formular recomendações à reunião ministerial de Cartagena. Em março de 1996, voltaram a reunir-se, desta vez, em Cartagena das Índias, na Colômbia. Na oportunidade foi reafirmado o compromisso de concluir as negociações para a criação da ALCA até o ano 2005, assegurando transparência e empenho às etapas do processo, criando mais quatro grupos de trabalho, incorporando novos temas à agenda. Com a realização do II Foro Empresarial das Américas, houve maior integração entre os setores privados e governos dos países do continente. Em Cartagena, os vice-ministros foram instruídos a examinar os diferentes enfoques para atingir a ALCA, formular recomendações, avaliar quando e como iniciar as negociações da ALCA.

Os participantes reiteraram o compromisso de concluir as negociações o mais tardar no ano de 2005, além de conseguir avanços concretos para este fim, antes do final do século.

Os temas na reunião ministerial de Cartagena que apontaram diferenças foram: o tratamento das questões de meio-ambiente, de direitos dos trabalhadores, o enfoque sobre a construção da ALCA e os prazos para obter resultados, a relação entre ALCA e OMC, dentre outros.

A introdução na agenda da ALCA do tema meio-ambiente e direitos dos trabalhadores tem sido uma prioridade dos EUA. O tema do trabalho foi deixado aos cuidados dos ministros do Trabalho, que devem manter informados sobre o assunto, seus colegas de comércio.

Este debate mostrou divergência de diferentes posições sobre os caminhos mais apropriados para a construção da ALCA, bem como, os prazos para iniciar as negociações e obter os resultados.

O III Foro Empresarial das Américas, sediado em Belo Horizonte, contou com a participação organizada dos empresários, trabalhadores, partidos políticos, instituições acadêmicas, organizações não-governamentais, para apresentação de propostas e sugestões concretas que viabilizassem a integração das Américas.

2.3 - OS PAÍSES QUE FORMAM A ALCA

Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América (EUA), Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

2.4 – CONDIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DA ALCA

Agora que foi aprovada definitivamente a concessão de poderes da "Trade Promotion Authority" (TPA), antiga "fast track", ao presidente George W. Bush, o Brasil tem de se preparar para intensas negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a partir de 2005. O princípio básico que deve fundamentar a posição do Brasil é de que não podemos abrir nosso mercado sem contrapartidas por parte dos Estados Unidos, em termos de fortalecimento da complementaridade de cadeias produtivas continentais, tanto na área de matérias-primas quanto na de produtos industrializados.

Em economias tão assimétricas como são as dos países da América Latina em geral e a dos Estados Unidos, a competição pura e simples é praticamente impossível. Os países latino-americanos são importadores de capital e somente alguns deles, entre os quais o Brasil, conseguiram um nível médio de desenvolvimento. Mesmo assim, suas maiores empresas têm uma escala relativamente pequena diante de gigantes multinacionais, vivem num ambiente em que o custo do dinheiro é muito elevado e que os mecanismos de financiamentos a mais longo prazo são escassos.

Além disso, ao aprovar a TPA, o Congresso dos EUA instituiu limitações para negociações que envolvam produtos sensíveis, entre os quais estão incluídos carnes, óleo de soja e outros óleos vegetais, frutas, legumes, açúcar, suco de laranja, cacau, chocolate, preparados de café e chá, lã, algodão, cigarros, etc. Ou seja, praticamente todos os produtos que o Brasil exporta regularmente estão na lista. Cabe lembrar ainda que, no caso dos produtos siderúrgicos, não mencionados, as exportações brasileiras são severamente limitadas pelas restrições impostas pelos EUA, sob o pretexto de proteger sua indústria.

Esse aparato protecionista torna extremamente complexas as negociações com vistas à Alca, como disse o chanceler Celso Lafer. É possível que, armados com a TPA, os EUA negociem acordos em separado com um ou outro país da América Latina, em troca de concessões específicas. Com isso, perde a força um trabalho diplomático para a realização de negociações com os países da América Latina como um todo. É de presumir que apenas blocos econômicos, como o Mercosul, possam consolidar uma posição comum. Se, nos próximos anos, for constituída a Área Sul-Americana de Livre Comércio (Amercosul), poderemos ter uma frente comum muito mais poderosa.

De qualquer forma, sem os países do Mercosul, todos eles exportadores daqueles produtos "sensíveis", não existirá a Alca, e Washington tem perfeita consciência disso. O impasse poderá vir a ser superado com a busca de complementaridade, que exigirá uma mudança no modelo de inserção dos países latino-americanos no mundo globalizado. Ou seja, se for estabelecido um sistema de preferências que assegurem mercado nos EUA para os produtos dos países latino-americanos, poderão ser criadas cadeias produtivas em nível continental.

Convém notar ainda que países latino-americanos, como o Brasil, têm ainda muito que se desenvolver na área de infra-estrutura logística. Talvez não haja no mundo região que apresente um potencial semelhante para investimentos em infra-estrutura. Se os países da América do Sul puderem contar com o volume de capitais necessário para que possam integrar-se fisicamente, os seus mercados ganharão uma nova dimensão, o que, naturalmente, fará crescer a possibilidade de empreendimentos complementares, por meio de joint ventures, operações de "project finance", etc.

2.5 – ANTECEDENTES DO PROCESSO DA ALCA

O esforço para unir as economias do Hemisfério Ocidental em uma única área de livre comércio iniciou-se com a Cúpula das Américas, realizada em Miami em dezembro de 1994. Os Chefes de Estado e de Governo das 34 democracias da região decidiram então criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), na qual serão eliminadas progressivamente as barreiras ao comércio e ao investimento, e as respectivas negociações serão concluídas até o ano 2005. Suas decisões constam da Declaração de Princípios e do Plano de Ação aprovados na Cúpula de Miami.

Os líderes concordaram que o processo de negociação da ALCA seria transparente e deveria levar em consideração as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias participantes, a fim de facilitar a participação integral de todos os países.

A Quinta Reunião Ministerial – a primeira desde o lançamento formal das negociações – foi realizada em Toronto, Canadá, em novembro de 1999. Nessa reunião, os Ministros instruíram os Grupos de Negociação a preparar uma minuta dos respectivos capítulos a ser apresentada na Sexta Reunião Ministerial em Buenos Aires, em abril de 2001. Foi solicitado aos Grupos responsáveis por acesso a mercados que discutissem as modalidades e procedimentos para as negociações nas suas respectivas áreas. Os Ministros também aprovaram várias medidas de facilitação de negócios designadas a facilitar o intercâmbio comercial no Hemisfério, particularmente na área de procedimentos alfandegários.

Ao final da Sexta Reunião Ministerial realizada em Buenos Aires e da Terceira Cúpula das Américas realizada na cidade de Quebec em abril de 2001, uma série de decisões importantes foi tomada com relação às negociações sobre a

ALCA. Os Ministros receberam dos Grupos de Negociação a minuta do Acordo da Alca e, em uma decisão sem precedentes, decidiram aumentar a transparência do processo recomendando aos Chefes de Estado e de Governo que tornassem pública a minuta do acordo da ALCA. A minuta do acordo foi colocada disponível ao público em quatro idiomas oficiais no dia 03 de julho de 2001. Os Ministros também destacaram a necessidade de se aumentar o diálogo com a sociedade civil e os resumos das propostas feitas em uma segunda etapa pela sociedade civil em resposta à convocação pública foi acordado serem publicados na página oficial da ALCA. Os Ministros reiteraram a importância da prestação de assistência técnica às economias menores para facilitar a participação na ALCA.

Os prazos foram fixados para a conclusão e implementação do Acordo da ALCA. As negociações serão concluídas, o mais tardar, em janeiro de 2005, para a entrada em vigor o quanto antes, até no máximo dezembro de 2005.

A pedido dos Ministros responsáveis de Comércio, as recomendações relativas aos métodos e modalidades para as negociações foram submetidas até 1º de abril de 2002, e as negociações sobre Acesso a Mercados se iniciaram em 15 de abril de 2002. Os princípios e diretrizes sobre as negociações de acesso a mercados estão estabelecidas no documento "Métodos e Modalidades para a Negociação". Uma segunda versão da minuta do Acordo da ALCA foi preparada durante esta terceira fase de negociações, a qual terminou em outubro de 2002 durante a Sétima Reunião Ministerial, realizada no Equador.

2.6 – PRINCÍPIOS REGULADORES DAS NEGOCIAÇÕES DA ALCA

Um número de princípios regem as negociações. Esses incluem, entre outros:

- As decisões serão tomadas por consenso;
- As negociações serão conduzidas de uma maneira transparente;
- A ALCA será consistente com as regras e disciplinas da OMC e deverá seguir essas regras e disciplinas sempre que possível e apropriado;
- A ALCA constituirá um compromisso único ("nada é decidido, até que todos estejam de acordo");

- A ALCA poderá coexistir com acordos bilaterais e sub-regionais e os países poderão negociar e aceitar as obrigações da ALCA individualmente ou como membros de um grupo de integração sub-regional; e;
- Atenção especial será dada às necessidades das economias menores.

2.7 – ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES DA ALCA

As negociações da ALCA estão sendo conduzidas sob uma estrutura flexível que assegura ampla representação geográfica dos países participantes. Essa estrutura prevê um rodízio entre os países participantes da Presidência do processo, do local das próprias negociações, e da Presidência e vice-presidência dos vários grupos de negociação e outros comitês e grupos.

Presidência das Negociações: foi efetuado em caráter de rodízio a cada 18 meses. Os seguintes países foram designados ao exercício da presidência do processo da ALCA por períodos sucessivos: Canadá, Argentina, Equador, e Brasil e Estados Unidos (conjuntamente).

Ministros Responsáveis pelo Comércio exercem a supervisão e gerenciamento das negociações. Eles geralmente reúnem-se a cada 18 meses e, desde o lançamento das negociações, a fazem no País que detém a Presidência da ALCA na época das reuniões.

Os Vice-Ministros do Comércio, representantes do Comitê de Negociações Comerciais (CNC), são responsáveis pelo gerenciamento das negociações da ALCA. O CNC rege o trabalho dos grupos de negociação e outras comissões, e decide sobre a arquitetura geral do acordo e sobre questões institucionais. O CNC é responsável por assegurar a participação integral de todos os países na processo ALCA, assegurando transparência nas negociações, supervisionando a secretaria administrativa e, supervisionando a identificação e implementação das medidas de facilitação de negócios. O Comitê se reunirá pelo menos duas vezes por ano de modo rotativo nos países do Hemisfério.

Nove Grupos de Negociação da ALCA têm mandados específicos de Ministros e do CNC para negociar os textos nas suas áreas específicas. Eles foram estabelecidos para acesso a mercados, investimentos, serviços, compras governamentais, solução de controvérsias, agricultura; direitos de propriedade

intelectual; subsídios, antidumping e medidas compensatórias, e políticas de concorrência. Os grupos de negociação reúnem-se regularmente durante o ano.

Três Comissões e Grupos tratam de questões relevantes relacionadas às negociações. Um Grupo Consultivo sobre Economias Menores acompanha os progressos da negociação com relação às preocupações e interesses das economias menores e formula recomendações à CNC. O Grupo tem procurado determinar as necessidades das Economias Menores para Assistência Técnica em Matéria de Comércio na sua participação na ALCA e disseminar informações sobre outras fontes de assistência técnica. Essas informações estão disponíveis no site oficial da ALCA. Além destas informações, o Comitê Tripartite administra a Base de dados sobre formação acadêmica em comércio (em inglês TED), "um conjunto de oportunidades de treinamento disponível sobre relevantes áreas da política de comércio da ALCA e sobre negociação para membros do governo e setor privado na região, com o objetivo de facilitar o acesso à assistência técnica" como determinado pelos Ministros na Reunião Ministerial de Toronto.

A fim de aumentar a transparência no processo de negociação e para facilitar o entendimento público e apoio para a ALCA, os Ministros criaram um Comitê de Representantes Governamentais na Participação da Sociedade Civil. Esse Comitê foi criado para facilitar a participação dos representantes da comunidade empresarial e de grupos de trabalhadores, de ativistas do meio-ambiente, grupos acadêmicos, bem como de outros grupos que tenham por finalidade apresentar, de maneira construtiva, seus pontos de vista sobre questões a serem negociadas e outras questões comerciais. A ALCA é a primeira grande negociação comercial em que se estabeleceu, desde o início das negociações, uma entidade dessa natureza. Durante a primeira fase de negociações, o Comitê de Representantes Governamentais na Participação da Sociedade Civil da ALCA emitiu seu convite inicial à Sociedade Civil. Este convite chamou as partes interessadas a compartilhar suas opiniões sobre o processo da ALCA de forma construtiva. Os documentos foram estudados pelo Comitê de Representantes Governamentais na Participação da Sociedade Civil que encaminhou os resumos executivos destas posições aos Ministros e preparou um documento ressaltando os pontos de vista recebidos em resposta ao convite público. Na Ministerial de Toronto, os Ministros receberam este documento e requererão ao Comitê procurar de forma permanente a

colaboração da sociedade civil em assuntos relacionados com a relevância do comércio para a ALCA. Depois da realização da Reunião de Toronto, um segundo Convite Público foi feito e foi solicitado ao Comitê que resumisse novamente as opiniões recebidas para serem apresentadas aos Ministros. O segundo documento do Comitê, incluindo os resumos executivos das propostas recebidas pelos grupos da Sociedade Civil, foi colocado publicamente à disposição na página oficial da ALCA depois da Reunião Ministerial de Buenos Aires, na qual os Ministros enfatizaram que "a sociedade civil continue a fazer contribuições de forma construtiva nos assuntos relacionados com o comércio que sejam de relevância para a ALCA". O convite público à Sociedade Civil foi deixado aberto de forma permanente.

Outra característica sui generis do processo da ALCA é o Comitê Conjunto de Especialistas Governamentais e do Setor Privado em Comércio Eletrônico estabelecido para estudar como ampliar os benefícios a serem derivados do mercado de comércio eletrônico no Hemisfério e como lidar com as questões inter-relacionadas dentro das negociações.

Foi estabelecido em Toronto um grupo ad hoc de especialistas para informar à CNC sobre a implementação das medidas de facilitação de negócios relacionados a assuntos alfandegários. Essas medidas, as quais não requerem aprovação legislativa, mas que podem ser implementadas administrativamente, são designadas a facilitar o intercâmbio comercial dentro das Américas e a beneficiar todas as partes. As medidas relacionadas à transparência destinadas a aumentar o fluxo de informação sobre comércio e questões conexas ao comércio dentro dos países das Américas estão disponíveis no website da ALCA.

Apoio Técnico e Analítico: A Comissão Tripartite, formada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), proporciona apoio analítico, técnico e financeiro para o processo e mantém a página oficial da ALCA. Cada uma dessas instituições também atenderá às solicitações de assistência técnica relacionadas com assuntos da ALCA, especialmente das economias menores do Hemisfério.

Apoio Administrativo: A Secretaria Administrativa da ALCA sediada no mesmo local das reuniões dos grupos de negociação, fornece apoio administrativo e logístico

para as negociações. Ela controla o arquivo oficial das negociações e fornece serviços de tradução e interpretação. A Secretaria é financiada pela Comissão Tripartite.

Foro das Negociações: Foi estabelecido também em caráter rotativo as cidades de três países que servirão de anfitriãs para as negociações: Miami – Estados Unidos, de maio de 1998 até fevereiro de 2001; Cidade do Panamá – Panamá, de março de 2001 até fevereiro de 2003 e Cidade do México – México, de março de 2003 até dezembro de 2004.

2.8 - SITUAÇÃO DO BRASIL NESTE CENÁRIO:

O Brasil possui uma política externa multilateral, com presença comercial distribuída pelas várias regiões do planeta. É a 15. economia mundial, com um PIB superior a US\$ 450 bilhões de dólares.

A população brasileira é de aproximadamente 175 milhões de habitantes. O país passa por um processo de modernização econômica, com destaque para a privatização dos setores produtivos, até então, sob controle do Estado. Está buscando atrair investimentos internacionais e abrindo as portas ao comércio exterior. Para mudar a imagem do país, implantou um programa de estabilização da moeda, com controle da inflação e retomada do crescimento.

Além de possuir vastos recursos naturais, o parque industrial é diversificado e a agricultura modernizada. O setor de serviços está em franca expansão. Nos últimos tempos, foram realizados grandes investimentos para atender às necessidades do desenvolvimento econômico, nos segmentos de transporte, energia, telecomunicações e formação de mão-de-obra.

O Brasil é um atraente destino para investimentos, pois apresenta um território amplo, um mercado diversificado e com perspectivas, além de uma grande diversidade regional.

Desde 1991, faz parte do Mercosul juntamente com Argentina, Uruguai, Paraguai e recentemente, com Chile e Bolívia. O Cone Sul da América está se tornando exemplo expressivo de possibilidades políticas e econômicas da integração das Américas.

O Brasil sediou, em Belo Horizonte, o III Foro das Américas, entre os dias 13 a 15 de maio de 1997. No dia 16.05.97 ocorreu a III Reunião de Ministros

Responsáveis por Comércio do Hemisfério. A Declaração Ministerial de Cartagena reconheceu formalmente a importância da participação do setor privado na construção da ALCA e a relevância do Foro Empresarial. O Foro Empresarial ocorreu antes da Reunião dos Ministros, permitindo que o empresariado apresentasse propostas e sugestões específicas aos representantes governamentais, tendo a oportunidade de influenciar a política de integração, obter informações para a formulação de estratégias empresariais e realizar contatos estratégicos de negócios.

O empresariado brasileiro considerou importante antes de avançar na integração a necessidade de avaliar seus impactos sobre as economias da região. Adotaram um tom cauteloso na discussão da ALCA, além de proporem que a etapa inicial de integração hemisférica comece pela busca de acordos para a facilitação do comércio intra-regional.

2.9 - O BRASIL NA ALCA

Na conferência em Belo Horizonte, representantes de 34 países das três Américas se reuniram com o intuito de discutir sobre o projeto como um todo, e acabaram defrontando-se com uma forte disputa entre o Brasil e os Estados Unidos, duas das economias mais fortes das Américas.

Os países engajados no MERCOSUL querem tempo para estudar como seria um abraço com os Estados Unidos querem também um prazo mais longo para melhorar o que produzem de forma que a competição comercial venha a ser mais equilibrada no interior do bloco, eles querem, na verdade até o ano 2005 trabalhar para reduzir a burocracia, facilitar os negócios e acabar com as restrições não tarifárias às importações como cotas e exigências sanitárias. Em entrevista a Revista Veja, o ministro das relações exteriores, Celso Amorim, diz: " Não aceitamos perder a dignidade. Não vamos aceitar modelos prontos, tudo ter que ser negociado. A principal barreira, os subsídios, os EUA não discutiam ..." (Veja, 28.01.2004).

2.10 - COMO ANDA O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

2.10.1 – Regimes institucionais

a) Reunião de Ministros de Comércio do Hemisfério, foi realizada em Buenos Aires, no dia 7.4.2001, a VI Reunião Ministerial da ALCA. Através da análise do relatório fornecido pelo CNC, foram destacados alguns avanços obtidos desde a V Reunião realizada em novembro de 1999, no Canadá: elaboração de uma primeira minuta do Acordo ALCA decorrente da compilação das minutas de texto elaboradas pelos GNs; início das discussões sobre a estrutura geral do Acordo ALCA (aspectos gerais e institucionais); evolução nos relatórios sobre a inter-relação entre comércio e política da concorrência, incluindo medidas antidumping e sobre a interação entre os Grupos de Acesso a Mercados e Agricultura sobre o tratamento das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias nos acordos de comércio e de integração; impulso na preparação de um Manual de Organização para a Secretaria Administrativa e implementação de dezoito medidas de facilitação de negócios aprovadas na última Reunião Ministerial.

b) Comitê de Negociações Comerciais (CNC), reuniu-se em Lima (Peru), nos dias 24 e 25.1.2001, o VII CNC. Os Vice-Ministros de Comércio dos países membros da ALCA discutiram uma primeira minuta de texto do acordo elaborada pelos nove GNs. Já na VIII Reunião do CNC realizada em Buenos Aires, entre os dias 2 e 7.4.2001, foi aprovado um informe aos Ministros em que constavam instruções aos GNs; propostas de textos; estrutura geral do Acordo; questões referentes ao tratamento diferenciado para as economias menores; e participação da sociedade civil no processo. Ademais, quanto à proposta de texto sobre o capítulo de Investimentos, acordou-se incluir um texto sobre transparência, que havia sido apresentado pela Delegação dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que se decidiu não recomendar a aprovação de novas medidas de Facilitação de Negócios. Por fim, o CNC aprovou projeto de texto, posteriormente remetido pelos Ministros, para sua incorporação à Declaração e Plano de Ação da III Cúpula das Américas.

c) Grupo de Negociações sobre Investimentos (GNIN), a X Reunião do GNIN foi realizada entre os dias 9 e 11 de maio 2001, na Cidade do Panamá. Foi aprovada a Agenda e o Calendário de Reuniões para posterior fase de negociações, em conformidade com o mandato decorrente da VI Reunião Ministerial da ALCA

(Buenos Aires, 7.4.2001). Foi levantada a necessidade de se intensificarem os esforços, principalmente, para:

- 1 - resolver as divergências existentes e Alcançar consenso, tendo em vista eliminar o maior número possível de colchetes; e
- 2 - apresentar ao CNC, recomendações sobre modalidades e procedimentos de negociação; e

Igualmente na Cidade do Panamá, foi realizada, entre os dias 25 e 27 de junho 2001, a XI Reunião do GNIN. No que concerne aos temas "Definições Básicas" e "Âmbito de Aplicação", houve intensa troca de pontos de vista entre as Delegações presentes, sem contudo se haver chegado a qualquer consenso sobre retirada de colchetes. Das discussões sobre Coordenação Institucional, ficou evidente a necessidade de interação com os grupos de Serviços, de Solução de Controvérsias e de Economias Menores. Nesse sentido, a presidência do GNIN ficou encarregada de manter contatos com as presidências dos demais Grupos para identificar temas para os quais deverá ser necessário o estabelecimento de coordenações institucionais.

d) Grupo de Negociações sobre Serviços (GNSV), entre os dias 5 e 9 de maio 2001, ocorreu na Cidade do Panamá a XI Reunião do GNSV. Tendo como objetivo traçar diretrizes para o início da elaboração de 2ª versão de texto do futuro capítulo de Serviços, os representantes do MERCOSUL trabalharam no sentido de: excepcionalizar o princípio da Cláusula de Nação Mais favorecida, de modo a permitir a coexistência do MERCOSUL com a ALCA; negociar uma abertura gradual na questão de Acesso a Mercados; e preservar a capacidade regulatória dos diversos governos. Os presentes definiram o Programa de Trabalho para o GNSV até junho de 2001 e registraram a insistência da Delegação norte-americana na criação de um "Grupo de Negociações sobre Serviços Financeiros".

A XII Reunião do GNSV realizou-se entre os dias 18 e 22 de junho 2001, na cidade do Panamá, com o objetivo de dar início à construção da 2ª versão do texto do capítulo de Serviços suprimindo da atual versão o maior número possível de colchetes, qual seja, de divergências; e, por outra parte, discutir as regras relativas a modalidades de negociação de acesso a mercados. Durante a Reunião, o MERCOSUL reafirmou sua posição (contrária à dos Estados Unidos, Canadá e Chile) de promover uma liberalização progressiva, com a adoção de listas de

compromissos positivas (com o que os países-membros poderiam dispor de tempo suficiente para promoverem suas aberturas nos setores de serviços de acordo com seu ritmo próprio de privatizações e regulamentação). Manifestou-se, também, pela garantia do direito de regulamentar e introduzir novas regulamentações para promover o equilíbrio entre a liberalização comercial e os objetivos de política nacional, tendo como base das negociações o texto do Gats. Reafirmou também a posição de manter no texto a regra de exceção ao princípio de Nação Mais Favorecida no caso de países integrantes de associações regionais, em conformidade com o Art. V do Gats.

Entre as questões mais sensíveis surgidas durante a XII Reunião do GNSV, destaca-se a posição dos Estados Unidos a favor de arbitrar sobre a denegação de benefícios a prestadores de serviços de outra Parte sem prévia notificação e consulta, ou seja, sem dar direito de resposta à parte prejudicada. Todos os demais participantes se manifestaram contra essa posição. Outros assuntos levantados foram a necessidade de coordenação do GNSV com o GNIN, e a crítica feita pelos Estados Unidos ao conteúdo do seminário organizado pela OEA, membro do Comitê Tripartite da ALCA, que tinha o objetivo de dar assistência técnica às Economias Menores. A delegada americana achou que o seminário estava politicamente orientado e versava sobre temas polêmicos da negociação. Outras delegações, como CAN, Caricom e República Dominicana, reagiram contra essa postura, considerando-a uma interferência indevida dos Estados Unidos na realização do seminário.

e) Comitê Conjunto de Especialistas do Governo e do Setor Privado sobre Comércio Eletrônico (CCE), o CCE não se reuniu durante o primeiro semestre de 2001.

2.11 ESTRUTURA DAS NEGOCIAÇÕES

A Reunião Ministerial de São José (março de 1998) decidiu os aspectos relacionados à montagem da estrutura e da organização das negociações. Na mesma reunião, decidiu-se que o objetivo geral das negociações seria o de estabelecer uma área de livre comércio no continente através da redução progressiva das barreiras ao comércio de bens e de serviços e aos investimentos, concluindo-se as negociações no mais tardar até 2005, podendo ser alcançados progressos concretos até o final deste século.

Atualmente a presidência dos Grupos de Negociação está distribuída entre os países da seguinte forma:

Grupos de Negociação	Presidência	vice-presidência
Acesso a Mercados	Chile	Barbados
Investimentos	Trinidade e Tobago	Colômbia
Serviços	Estados Unidos	Peru
Compras Governamentais	Canadá	Chile
Solução de Controvérsias	Costa Rica	Peru
Agricultura	Brasil	Equador
Direitos de Propriedade Intelectual	México	Paraguai
Subsídios, Antidumping e Medidas Compensatórias	Venezuela	Uruguai
Políticas de Concorrência	Colômbia	Canadá

A Reunião de São José decidiu pela criação de uma Secretaria Administrativa das Negociações, subordinada ao CNC e com os objetivos de dar apoio logístico e administrativo e de manter, publicar e distribuir a documentação oficial das negociações. A OEA, o BID e a CEPAL formam um Comitê Tripartido que presta assistência técnica aos países no que tange a estudos setoriais, base de dados e levantamentos estatísticos sobre o comércio da região. As reuniões dos grupos de negociação foram realizadas em sede única e em rodízio entre os seguintes países:

Miami/Estados Unidos	De 1.05.1998 a 28.02. 2001
Cidade do Panamá/Panamá	De 1.03.2001 a 28.02.2003
Cidade do México/México	De 1.03.2003 a 31.12.2004

A presidência do processo da ALCA será feita em rodízio por diversos países do hemisfério, o país que exercer a presidência também será sede das reuniões ministeriais e presidirá o CNC. No último período, haverá pelo menos duas reuniões ministeriais, uma em cada um dos países que exerçam a co-presidência.

	Presidência	Vice-Presidência	Co-Presidência
De maio/1998 a out./1999	Canadá	Argentina	-
De nov/1999 a abril/2001	Argentina	Equador	-
De maio 2001 a out./2002	Equador	Chile	-
De nov/2002 a dez 2004	-	-	Brasil e Estados Unidos

2.12 CRONOLOGIA

Antecedentes

Em 1990, o presidente dos Estados Unidos, George Bush, lança a idéia de estabelecer um bloco de livre comércio nas Américas - do Alasca à Patagônia, com exceção de Cuba - para integrar seus países e estimular o crescimento econômico. Na época, americanos, canadenses e mexicanos já acertavam o lançamento do Nafta, o mercado comum da América do Norte.

Em 1994, com o Nafta já em vigência, o sucessor de Bush, Bill Clinton, reúne os líderes de 34 países americanos num encontro de cúpula em Miami e formaliza o projeto da Alca. Os americanos propõem que os países do continente derrubem todas as suas barreiras alfandegárias até 2005.

Fevereiro de 1997

Os EUA começam a pressionar o Brasil por causa da Alca. A chefe do escritório de comércio dos EUA, Charlene Barshefsky, pede ao Congresso autonomia para negociar acordos comerciais e acelerar a Alca. No discurso, chama o Mercosul de "mercadinho". O subsecretário para Assuntos Econômicos do

Departamento de Estado, Stuart Eizenstat, aproveita um encontro na Suíça para exigir do Brasil uma abertura comercial mais acelerada. O presidente FHC responde dizendo que só o Brasil decide seu destino.

Maio de 1997

O Brasil obtém uma vitória contra os EUA num encontro de 34 países americanos. Apesar do desejo de Washington de derrubar as tarifas dentro da Alca já em 1998, os outros países - liderados pelo Brasil - conseguem mais tempo para negociar. A discussão dos termos do acordo seria realizada até 2002. Em 2003, começaria a negociação sobre o formato definitivo do bloco. O funcionamento da Alca fica para a partir de 2005.

Outubro de 1997

Em visita ao Brasil, o presidente Bill Clinton é recebido por FHC. O americano e o brasileiro fazem um acordo: Clinton faz pela primeira vez um pronunciamento em apoio à manutenção do Mercosul (que o Brasil queria reforçar), e FHC concorda em iniciar as negociações da Alca no ano seguinte, na Cúpula das Américas (já que o novo bloco era a prioridade dos EUA).

Abril de 1998

A Cúpula das Américas é realizada no Chile e termina com o lançamento formal das negociações em torno da Alca. Sem apoio no Congresso de seu país, porém, o presidente Bill Clinton não consegue apressar o diálogo, como pretendia. O prazo de implantação em 2005 é mantido.

Agosto de 2000

A secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, desembarca no Brasil para discutir a Alca. O chanceler do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, comunica que o

país só assinará o acordo do bloco em 2005, como previsto, se os EUA aceitarem rever pelo menos dez pontos da política alfandegária.

Setembro de 2000

Onze presidentes sul-americanos desembarcam em Brasília para um encontro de dois dias a convite do brasileiro FHC. Os participantes da reunião discutem suas posições sobre a Alca para que, unidos, tenham melhores condições de enfrentar o poder dos EUA na negociação do bloco.

Dezembro de 2000

Em reunião de cúpula do Mercosul, o presidente FHC entra publicamente na discussão sobre a Alca condenar o protecionismo dos EUA e ao afirmar que o Brasil concorda em iniciar sua implantação, desde que os americanos removam os obstáculos que barram a entrada dos produtos nacionais.

Março de 2001

Os presidentes FHC e Bush se reúnem na Casa Branca mas não entram em acordo sobre a Alca: o Brasil mantém o desejo de atrasar a criação do bloco e os EUA insistem num acordo rápido.

Abril de 2001

Sessão preparatória da Alca em Buenos Aires termina cheia de dúvidas. O documento sobre a criação do bloco tem 900 páginas e 800 pontos sobre os quais nenhum dos países envolvidos está de acordo. Apesar disso, surge um consenso. No fim do mês, mais uma rodada de negociações acontece na Cúpula das Américas, no Canadá. Os 34 países assinam um compromisso prevendo a criação da Alca até 2005 - enquanto 30.000 pessoas protestavam contra o acordo nas ruas de Quebec.

Agosto de 2002

Depois de oito anos em tramitação no Congresso dos EUA, a Autorização de Promoção Comercial (TPA) - ou fast track - é aprovada. A lei permite a negociação de acordos comerciais sem a interferência do Congresso. O presidente Bush comemora e diz que o projeto aumenta as chances de sucesso nas negociações da Alca.

Outubro de 2002

O secretário de Comércio dos EUA, Robert Zoellick, pressiona o Brasil dizendo que o país precisa escolher entre "a Alca e a Antártida". Lula diz que, como ainda não era presidente, não iria rebater a declaração - afirma apenas que tratará da Alca "diretamente com o companheiro Bush".

Novembro de 2002

O presidente eleito do Brasil promete propor aos países das Américas a formação de um bloco de integração política antes da criação de uma nova aliança comercial entre eles. Lula sugeriu a adoção de um modelo similar ao da União Européia para integrar os países americanos.

Dezembro de 2002

O Chile adota um pacto de livre comércio com os EUA, o que enfraquece o Mercosul e a posição do Brasil na negociação da Alca. Economia em ascensão no continente, o Chile seria peça-chave para a criação de um Mercosul mais poderoso, que eliminaria a pressa em negociar a Alca.

Fevereiro de 2003

O governo dos EUA apresenta sua proposta oficial sobre a Alca sugerindo uma grande abertura aos produtos da América Central e Caribe mas não ao Brasil e ao Mercosul. A Casa Branca aceita tirar todos os tipos de tarifa alfandegária aos produtos estrangeiros, mas se nega a negociar o fim das barreiras não alfandegárias, como subsídios, cotas e restrições - justamente o que interessa aos brasileiros.

Março de 2003

Em mensagem ao Congresso dos EUA, o secretário de Comércio, Robert Zoellick, promete usar "todos os meios" para obter "vantagem total" na negociação do acordo. Ele afirma que adotará "todos os meios legais e necessários" para "conquistar o máximo de vantagens para os americanos": "Vamos forçar e monitorar o que for possível".

Junho de 2003

Os presidentes Lula e George W. Bush se reúnem na Casa Branca e discutem a negociação da Alca. Há apenas o compromisso de manter o diálogo, mas nenhuma decisão ou mudança efetiva.

Setembro de 2003

O principal diplomata dos Estados Unidos para as Américas ataca a posição do Brasil e acusa o país de atrasar a formação da Alca. O subsecretário de Estado americano para o Hemisfério Ocidental, Roger Noriega, diz que os brasileiros fizeram uma "exagerada encenação política" num encontro da OMC em Cancún e que o país adota "táticas de guerrilha" na negociação.

Outubro de 2003

Em seminário sobre a Alca no Congresso Nacional, o presidente Lula afirma que o governo quer negociar a criação do bloco, mas diz que não abre mão de um acordo "equilibrado". No mesmo evento, os negociadores do Brasil, Adhemar Bahadian, e dos EUA, Peter Allgeier, trocam críticas. O americano insinua que haverá Alca com ou sem os brasileiros. Também em outubro, Brasil e Argentina lançam o Consenso de Buenos Aires para mostrar que estão alinhados politicamente para negociar a Alca.

Transcrevemos abaixo enquête efetuada pela revista VEJA, via internet, com o professor Roberto Giansanti, com perguntas de leitores da revista, referente a ALCA.

Tema

ALCA

Outubro de 2003

Estas foram as questões selecionadas pelo geógrafo **Roberto Giansanti**.

Pergunta

Que tipo de risco o Brasil corre se aderir à ALCA? Por que os Estados Unidos não permitem que nós tenhamos uma posição de destaque nas relações econômicas?

Igor Cardoso / Pedro Gustavo de Carvalho Gomes

Resposta

Penso que as questões não se colocam exatamente nesses termos. Tudo depende das negociações. Já há sinais de mudanças na composição dos negociadores brasileiros, afastando-se da ALCA *light* ou protelando a criação do bloco. Há setores no país que precisam de mais de tempo para ajustar-se à competição internacional - o químico e o eletroeletrônico, por exemplo. Outros já estão preparados, como os de calçados e têxteis; prova disso é que sofrem sobretaxação para entrar no mercado americano. A atitude dos Estados Unidos

pode ser entendida mais como represália diante da posição brasileira em negociações como as de Cancún, na Organização Mundial do Comércio. Há risco de o Brasil posar de vilão por suas posições mais duras na questão dos subsídios agrícolas, quando a grande barreira é o protecionismo americano. A investida de Washington também reflete pretensões geopolíticas e econômicas em nível planetário. Deve-se valorizar ainda o fato de o Brasil estar assumindo posição de liderança em várias esferas – é o caso de eventos como a Rio + 10.

Pergunta

A ALCA parece ser interessante apenas para os Estados Unidos, pois permitirá que eles obtenham recursos naturais e alimentos a preços mais acessíveis. Sabemos que produtos manufaturados têm um alto valor agregado e impostos de produção embutidos, o que permite diminuir os impostos de importação sem afetar a arrecadação. É o caso das mercadorias americanas. Já com os produtos agrícolas e minérios brasileiros, por exemplo, isso não ocorre. Qual a sua opinião a respeito?

Waldner Goulart Pacheco

Resposta

Uma reflexão importante é a necessidade de o Brasil diversificar sua pauta de exportações, compondo-a com bens de maior valor agregado. Isso pode ocorrer até mesmo com os produtos tradicionais, evitando paradoxos como o das relações Brasil-Alemanha. Esta exporta café solúvel processando o café cru em grão importado do Brasil. O sucesso da indústria aeronáutica nacional confirma esse caminho. Outra questão, relacionada às riquezas naturais, diz respeito ao debate sobre propriedade intelectual, pois a imensa biodiversidade que o país abriga nos proporciona imenso potencial para pesquisa e produção de fármacos. Trata-se de um ponto importante para negociações no âmbito da ALCA.

Pergunta

A ALCA será um mero acordo comercial ou trará no bojo algum item que trate de questões sociais?

João Gilberto

Resposta

A rigor, trata-se de uma proposta para formar uma grande área de livre

comércio, com redução progressiva de tarifas e barreiras entre os produtos comercializados pelos países-membros. Na vida real, porém, questões sociais não se separam das econômicas. Dependendo da inserção de cada país ou setor produtivo no bloco, poderá haver crescimento econômico. O maior dinamismo pode gerar mais empregos e, portanto, melhores condições de vida. De outro lado, isso não exclui responsabilidades nacionais na formulação e execução de políticas públicas de cunho social. Por fim, num cenário futuro, não é difícil imaginar que muitas nações precisariam de financiamento para melhorar serviços e infra-estruturas – como ocorreu na União Européia com os países-membros da orla do Mediterrâneo.

Pergunta

Segundo a reportagem de VEJA, o Brasil representa insignificantes 0,89% das exportações mundiais e não deveria impor tantas restrições à pauta de discussões proposta pelos Estados Unidos. Mas, então, por que os americanos fazem tanta questão de ter o Brasil na ALCA? Será apenas por causa de sucos, aço, frangos e sapatos?

Jair Pescador

Resposta

Penso que não se deve diminuir a importância do Brasil num bloco como este apenas porque surgiram dificuldades e endurecimento de posições nas negociações. É bom lembrar que o Brasil é um gigante de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com 175 milhões de habitantes, parque industrial praticamente completo e um mercado consumidor com muito potencial, sobretudo nos segmentos de renda mais elevada. Está, portanto, entre as quatro maiores economias do continente. Politicamente interessa aos Estados Unidos a participação do Brasil. De outro lado, nossa não adesão à ALCA pode conduzir o país a uma indesejável situação de isolamento político.

Pergunta

A Alca continua sendo viável caso o Brasil opte por não participar dela?

Edineiton Tejo

Resposta

A impressão que se tem é de que nem os americanos nem os brasileiros trabalham com esse cenário. No nosso caso, as notícias mais recentes indicam a ampliação da base de sustentação dos negociadores, subtraindo poder do Itamaraty e reforçando a posição de ministérios estratégicos (sobretudo Fazenda e Agricultura) e da Câmara de Comércio Exterior (Camex). No caso americano, o secretário Zoellick vem ao Brasil preparar a nova rodada de negociações da ALCA em novembro. Num cenário de não adesão do Brasil, certamente haveria perdas tanto para o país quanto para o acordo continental.

Pergunta

O que a instituição da ALCA mudaria na vida do Mercosul e da Nafta?

Deborah da Silva Faria Borges Barbosa

Resposta

Se tomarmos o momento atual como referência, os acordos comerciais regionais representam a possibilidade de participar do acordo hemisférico em posição mais vantajosa. Trata-se de um xadrez político em que se busca equilibrar melhor a correlação de forças. Mas isso vale mais para o Mercosul do que para o Nafta, face ao evidente peso político e econômico dos Estados Unidos. Nada impede, num cenário futuro, que os blocos se mantenham, a exemplo do que já acontece em outras partes do mundo. Os próprios americanos participam do Nafta e também da Apec, também um acordo de livre comércio. Sobre o México, vale um comentário: o aumento de suas exportações deve-se, em parte, à presença em seu território de "indústrias maquiadoras", empresas americanas que ali montam produtos cujos componentes já vêm prontos dos Estados Unidos. Uma consequência mais imediata é que um "espirro" recessivo no vizinho do norte pode causar uma pneumonia no México.

2.13 - ALGUMAS ESTATÍSTICAS SOBRE A ALCA:

- PIB: US\$ 12.455,2 bilhões
- Exportações: US\$ 1.792,0 bilhões
- Importações: US\$ 2.144,1 bilhões

3 - BANCO DO BRASIL S.A

O Banco do Brasil é a maior instituição financeira da América Latina. Criado em 1808 visando facilitar operações de financiamento e promover o desenvolvimento nacional do setor industrial (BANCO DO BRASIL, 2003). Encerrou o ano de 2003, com Ativos no montante de R\$ 230,10 bilhões, depósitos totais de R\$ 150,10 bilhões, 28,90 % do mercado no segmento comercial de câmbio exportação, possui base de clientes superior a 18,8 milhões, sendo 6 milhões habilitados na internet, rede própria de atendimento de mais de 13 mil pontos e rede no exterior com 17 agências, 6 subagências, 9 escritórios e 4 subsidiárias, distribuídas em 21 países.

No curso de sua história de 195 anos de atuação na área financeira é a instituição que tem marcado presença fundamental no desenvolvimento socioeconômico do País, e nos últimos 60 anos, também de maneira destacada no segmento de comércio exterior. A Carteira de Crédito internacional tem como principal produto o ACC/ACE, que atingiu volume disponibilizado de US\$ 7,6 bilhões ao final de dezembro de 2003.

Com 12 agências instaladas na área da ALCA, o Banco poderá tornar-se a instituição financeira Latino Americana com maior participação no processo de implantação da ALCA, dispondo de diversos produtos e serviços, como veremos adiante.

“Outro setor que precisa ser reformulado é o referente à promoção comercial e representação do País nos diversos foros de negócios internacionais, atualmente sob exclusiva responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores. Não obstante a dedicação do Itamaraty, parece ter chegado a hora de o setor privado prestar sua efetiva colaboração nas obrigações cotidianas da moderna diplomacia comercial. Nos Estados Unidos – líderes das vendas internacionais – o Departamento de Comercio trata das exportações, no território americano e no exterior. O Departamento de Estado (Equivalente ao Ministério das Relações Exteriores), responsável pelas representações diplomáticas no estrangeiro, lança mão de experimentados empresários e advogados aposentados para reforçar o seu quadro de embaixadores na dura batalha da exportação. Seria igualmente bom para o Brasil se algumas de suas embaixadas tivessem como titular empresários tarimbados no comercio exterior – afastados de suas atividades – em condições de criar um clima

profissional de negócios, entre os exportadores nacionais e o mercado importador.” – Carlos Tavares de Oliveira.

Cabe ao Banco do Brasil S.A. efetuar referido papel, contribuindo para divulgação do país no âmbito da ALCA, como também, oferecendo estrutura e condições para que o empresariado brasileiro possa competir em igualdade com o grande participante da ALCA (EUA).

Deverá o Banco do Brasil S.A. acompanhar, com a maior proximidade possível, o andamento do processo ALCA, adequando se necessário, seus produtos aos novos procedimentos comerciais que deverão ser instalados, o que provocará uma situação de vanguarda perante as demais instituições financeiras, inclusive as estrangeiras que com certeza estão de “olho” nesse mercado evitando ainda que possa sofrer prejuízos ao investir de forma inadequada.

4 – DESVANTAGENS DA ALCA PARA O BRASIL

Os povos da América Latina e dos países caribenhos passam por um momento crucial na luta pela independência do imperialismo norte-americano. A política neoliberal, aplicada nas duas últimas décadas, resultou no aumento da dependência dos países latino-americanos ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e aos EUA. Isto devido ao extraordinário crescimento da dívida externa, à desnacionalização do patrimônio político através das privatizações à abertura do mercado para as grandes empresas transnacionais.

A drástica redução dos investimentos em áreas sociais como saúde e educação piorou a qualidade de vida da população; e a desregulamentação do trabalho e dos direitos trouxe mais desemprego, exclusão social e miséria.

4.1 - OBSTÁCULOS À ALCA

As novas tecnologias das comunicações, transportes, encurtaram as distâncias físicas que separavam os povos do continente americano, propiciando condições à integração comercial entre estes povos. Porém, há outros obstáculos que precisam ser superados, com o intuito de obter a tão mencionada integração. Os países americanos nunca estiveram tão próximos de uma união, como neste momento.

Os debates que antecedem a criação da ALCA objetivam a busca de soluções ao desafio de integrar progressivamente as economias que se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento. Para obter tal propósito, as entidades empresarias participaram do III Foro Empresarial das Américas , apresentando sugestões concretas que pudessem influir nas decisões tomadas pelos ministros responsáveis por comércio no hemisfério americano, reunidos na III Reunião de Ministros.

Belo Horizonte, exemplo de desenvolvimento, sediou este encontro que contou com a participação de ministros e lideranças do setor privado de 34 países americanos, para dar seqüência ao processo de criação da ALCA, almejando o desenvolvimento e prosperidade a todos os países das Américas, com a realização do livre comércio entre os povos.

4.2 - AS POSSÍVEIS CONSEQÜÊNCIAS DA ALCA:

Vamos agora mostrar para você, as conseqüências, se a ALCA for implantada no BRASIL:

- Fortalecimento das transnacionais e risco as empresas nacionais;
- Aumento do desemprego;
- Redução dos salários e direitos.;

4.2.1 – Fortalecimento das transnacionais e o risco para as empresas nacionais.

Através da ALCA, não existirá mais fronteiras para o capital nas Américas, resultante da abolição de todas as tarifas alfandegárias. As tarifas alfandegárias são a forma de um país defender sua produção da concorrência estrangeira. Assim, um produto importado, paga tarifas ao entrar em outro país, o que o torna mais caro que o produto feito no próprio país, ou seja, produto nacional. Com o fim das tarifas, um produto importado dos EUA poderá ser vendido aqui no Brasil, por exemplo, pelo mesmo preço de seu país de origem. Parece bom, não é mesmo, já que as grandes empresas imperialistas têm uma produtividade muito superior e seus produtos podem ser mais barato. Só que este preço mais barato poderá arrasar com as empresas nacionais.

Este desmonte das empresas nacionais já vem ocorrendo deste a implantação dos planos neoliberais. A redução de tarifas para a entrada de produtos importados já prejudicou, por exemplo, a indústria de computadores que começou a surgir no Brasil e o tradicional setor industrial de autopeças, que teve dezenas de fábricas fechadas nos últimos anos.

4.2.2 – Dificuldades na abertura de mercado para as empresas nacionais.

Atualmente existe enorme disparidade entre as economias da América do Norte dos demais países, impondo uma competição desleal. Em 2º lugar, os poucos setores que têm condições de produzir para exportar para os EUA, sofrem restrições comerciais. Temos exemplos ilustrativos dessa política protecionista Americana. Alguns deles são as restrições à importação do aço brasileiro e os subsídios à agricultura dos EUA pelo governo Bush. Dois exemplos que mostram que essa conversa sobre o "livre mercado", significa em essência liberdade para as grandes

empresas transnacionais ditarem para seu melhor deslocamento e aumento de lucratividade.

4.2.3 – Aumento do desemprego.

A conseqüência deste desequilíbrio entre importação e exportação seria a ampliação do mercado para as grandes empresas norte-americanas e dificuldades as empresas nacionais que conseguem sobreviver atualmente no mercado. O país poderia sofrer um retrocesso industrial, causando enorme ampliação do desemprego.

A Argentina é um exemplo. Naquele país, o plano neoliberal foi aplicado mais radicalmente do que no Brasil (com a redução quase completa das tarifas, a semidolarização da economia, a privatização de todas as estatais e a flexibilização dos direitos trabalhistas). Foi uma espécie de teste do que pode ser a ALCA. O resultado foi uma devastação que só pode ser comparada aos efeitos de um guerra, levando à crise atual e ao empobrecimento pelos quais passa o país. O desemprego passou de 7% há cerca de 15 anos, para os 30% atuais.

4.2.4 – Redução dos salários e direitos.

A implantação da ALCA vai fazer com que os ataques aos salários e direitos dos trabalhadores se intensifiquem. O argumento será a concorrência com empresas que pagam ainda menos em outros países.

As grandes transnacionais poderão transferir suas unidades para os países aonde os salários forem mais baixos e houver menos direitos, podendo intensificar uma a guerra fiscal em âmbito continental. Os trabalhadores serão atingidos diretamente. No México, por exemplo, depois da implantação do NAFTA (um tratado comercial abrangendo EUA, Canadá e México, imposto em 1994), os salários foram reduzidos em 20%. Antes do NAFTA, o salário de um trabalhador mexicano era quatro vezes menor do que o de um norte-americano. Atualmente é dez vezes menor. Por este motivo, o número de mexicanos que vive na pobreza saltou de 40%, antes do NAFTA, para 75% nos dias de hoje.

No Brasil o ataque ao direito dos trabalhadores, através da proposta de mudança da CLT (consolidação das leis do trabalho), é parte da preparação para entrada do país na ALCA. O governo pretende alcançar o mesmo patamar de outros

países, que estão em situação mais avançada na implantação deste plano, e, por isso, já conseguiram reduzir muito mais ou acabar com férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, licença-maternidade, aposentadoria e outros direitos trabalhistas, conquistados através de intensas lutas, principalmente no decorrer do século XX.

5 - A ALCA E OS POSSÍVEIS GANHOS PARA O BRASIL

A ALCA, que é o Acordo de Livre Comércio das Américas, foi proposto no ano de 1994, durante a Cúpula das Américas, que ocorreu em Miami. Visa integrar todas as três partes da América em um bloco econômico. Contando com a adesão de 34 países das Américas Central, Sul e Norte, com exceção à Cuba. Para efeito de comparação, vale ressaltar que o NAFTA (North America Free Trade Association) conta com a participação de 404,5 milhões de pessoas nesse bloco, o CARICOM (Mercado Comum e Comunidade do Caribe) com a participação de 14,6 milhões no bloco, o Pacto Andino com 111 milhões, o Mercosul com 209 milhões, o SADC (Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento) com 193,6 milhões e a UE (União Européia) com 374 milhões de participantes; com a adesão de todas as Américas ao ALCA, o bloco econômico irá não somente agregar a maior parte dessas populações inseridas de alguma maneira em um ou outro bloco, totalizando exatamente 783,6 milhões, como também irá gerar o maior PIB entre os blocos, que está estimado em 12 trilhões.

As intenções, porém, que animaram os Estados a uma possível integração, foi a de que os padrões de vida aumentassem, bem como que houvesse uma melhora nas condições de trabalho, e o objetivo de uma preservação ao meio ambiente viesse por meio da integração econômica progressiva e da bandeira do livre comércio.

A ALCA prevê a construção de uma infra-estrutura hemisférica de transportes, energia e telecomunicações, contando com a ajuda importante dos setores privados e organizações internacionais. No II encontro, foi registrado a promessa de aplicação de R\$ 45 bilhões em projetos educacionais, de defesa dos direitos humanos e de erradicação da pobreza aos 34 países que possivelmente possam vir a aderir ao bloco. Paralelamente à isso, estão os objetivos de combate ao tráfico de drogas, armas e o combate ao crime organizado, o que já começou a dar sinais de vida com o Plano Colômbia, que foi um incentivo ao combate do narcotráfico no país.

O Brasil mantém firme a posição de que ele só virá a aderir ao pacto, se houver vantagens para ambas as partes, e que o acordo não se deite apenas sobre as barreiras tarifárias. O Brasil concorda sob o aspecto de que um acordo desse

nível pode ser muito proveitoso para todos os membros inseridos nele, se tornando na mais fecunda parceria para um equilibrado desenvolvimento econômico- social das Américas.

O que está em vista, é o grau de integração que este pacto pode vir a trazer para todos os participantes, em especial, ao Brasil. O Tesouro norte- americano gasta a cada ano em subsídios à agricultura US\$ 100 bilhões, o que invalida assim, a capacidade de competição dos outros produtores latino-americanos. Fatos como esse, não podem acontecer na ALCA, possibilitando à todos os países oportunidades se não iguais, bem próximas disso. Uma outra forma de entrave que possa vir a acontecer também, são aquelas às importações sul-americanas que não se justificam como reações a procedimentos anormais de comércio. Restrições como as de grau fitossanitária a critério interno, acusações de *dumping* entre outras. O Brasil é o maior exportador de frango do mundo, mas nossos produtos não passam pelo controle rigoroso da fiscalização norte- americana por causa do veto sanitário. É disso que está em jogo aderir ou não à ALCA. e é isso de que o presidente brasileiro vai se valer para defender nossos interesses, pois detemos 40% do PIB sul- americano, e com certeza, os EUA não irão perder a chance de ter o maior ator sul- americano no pacto. O que parece ser de consenso à todos, é que não queremos um pacto de via de mão única, mas um que beire os moldes implantados pela União Européia.

Não há como não ver o quanto a ALCA é benéfica para todo o continente americano, mas o Brasil é o ator principal nesse contexto, e ele precisa manter o equilíbrio das regras, pois sua posição é muito mais complexa que todos os outros partícipes, pois ele é o país que mais cresce na região. Os Estados Unidos nos pedem mais abertura comercial, mas, pelo outro lado, sobretaxam nossos produtos mais competitivos. O que pode vir a acontecer do lado norte- americano, é que haverá pressão por parte de alguns setores da economia, no intuito de que ele mantenha o mercado reservado para produtos tais quais aço, suco de laranja, calçados e produtos agrícolas, justamente os produtos em que o Brasil é indiscutivelmente competitivo.

Por exemplo, um caso do que vêm acontecendo em relação às políticas econômicas externas do Brasil com os EUA é de que, no caso do açúcar, a tonelada do produto brasileiro chega aos consumidores do mercado internacional a US\$ 200,

sendo que os produtores americanos não o cobram por menos de US\$ 450, fato decorrente da falta de competitividade. Por conta da política americana de subsídios, os Estados Unidos não jogam nem um centavo sequer no Brasil dos US\$ 4,5 bilhões que gastam importando açúcar. Como vemos, de lá para cá só se vê as muitas desvantagens da política econômica entre esses dois países. Nesse sentido, há que se analisar muito os ganhos que uma implementação da ALCA pode acarretar ao Brasil.

O ex. ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, diz que segundo suas estimativas, 60% das exportações brasileiras sofrem algum tipo de barreira alfandegária, isso porque o Brasil aumentou expressivamente seu mercado e reduziu nos últimos anos a tarifa média de importação para 15%. Mesmo que nos Estados Unidos a tarifa seja de 4%, as barreiras são inumeráveis, que os produtos brasileiros acabam sendo discriminados no maior mercado consumidor do mundo.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, "o Brasil não cederá um milímetro sequer na sua posição de não antecipar a data de implantação da ALCA, sem ter a garantia de que o governo americano está realmente disposto a atender os pedidos brasileiros de derrubada das barreiras que impedem nossos produtos de passar pelas fronteiras americanas", o que se espera é que haja uma predisposição do governo americano de achar um denominador comum na relação agrícola entre os dois países. Uma política bem voltada ao "dilema do prisioneiro", que beneficie ambos os lados; se os Estados Unidos persistirem na integração com a América Latina, e manter sua posição em relação à agricultura, é inviável qualquer esforço por parte do Brasil em aderir ao pacto que, ao olhos dos Estados Unidos, "os maiores beneficiados serão os países que a ele se integrar", usando de sua estratégia ideológica para tal finalidade. O que temos que nos ater é que, uma negociação mal pensada, e pesada, pode levar à sérios danos para o Brasil. Seria o suicídio da nossa economia. Isso vai muito do fato de que, enquanto as empresas brasileiras não estiverem em plenas condições de competir com as grandes empresas americanas, é praticamente impossível tirar ganhos desse pacto. O que, de fato, levaria uma média de 30 anos para as empresas brasileiras se equipararem com as americanas em termos competitivos. Isso é de conhecimento do governo, e, as ações dos atores têm que ser bem cautelosas para não alimentar um encontro de frente com a maior economia do mundo, o que não seria nada bom para o Brasil. Do

outro lado da moeda, enquanto temos um futuro incerto para as empresas de pequeno e médio porte brasileiras, temos grandes tigres brasileiros no setor privado, que estão hábeis para uma competitividade equiparada aos EUA, e que, com certeza, correspondem à ganhos de se implantar a ALCA. Por exemplo, o grupo siderúrgico Gerdau iniciou a sua expansão internacional ainda no início dos anos oitenta, quando o mercado doméstico brasileiro parecia não ser mais suficiente para absorver novas ampliações de oferta, uma vez que a empresa atendia sozinha à pouco mais da metade do consumo local. A Gerdau expandiu-se para outros mercados pela compra de outras empresas, firmando o foco de sua internacionalização na região que lhe parecia com maior potencial de crescimento – ou seja, o hemisfério Sul. Atualmente a Gerdau é a maior fabricante de aços da América Latina, com faturamento de US\$ 2,26 bilhões em 1999, figurando entre as 25 maiores siderúrgicas do mundo. O resultado da sua opção preferencial pelas Américas ganha os contornos de um mapa desenhado a partir das possibilidades de expansão nos diferentes mercados nacionais - a empresa tem duas fábricas na Argentina, uma no Chile, duas no Canadá, quatro nos EUA e uma no vizinho Uruguai.

A outra grande empresa brasileira, é a Petrobrás. Ela mantém relacionamento comercial com países fornecedores de todos os continentes (Arábia Saudita, Irã, Iraque, Rússia, Inglaterra, Noruega, EUA, Venezuela, Argentina, Angola, e Nigéria sendo alguns exemplos de grandes fornecedores de óleo bruto para o Brasil). A isto se soma um intercâmbio técnico-científico tradicionalmente muito denso. Há que se recordar que se encontram em andamento (ou já estão implantadas) importantes parcerias com empresas de países da região que se inscrevem no âmbito da estratégia que a empresa traçou para ter uma melhor inserção na ALCA, a saber: a) na Bolívia - criação da Petrobrás Bolívia (PEB), com a intensificação das atividades de exploração, e sobretudo com a conclusão e início da exploração do gasoduto Brasil-Bolívia, ao que se soma a aquisição de refinarias, a implantação de rede de postos de serviços e a comercialização direta de derivados e lubrificantes; b) na Argentina - criação da Petrobrás Argentina (PAR), na qual se efetivou a troca de ativos com a Repsol/YPF, o adensamento na participação no sistema de transporte por gasodutos e igualmente a exploração, produção, e comercialização direta de derivados e lubrificantes; c) nos EUA - criação da

Petrobrás América (PAI) para a exportação de gasolina e a exploração direta de petróleo no Golfo do México; d) no Paraguai, Uruguai, Colômbia, Trinidad e Tobago, Equador e Peru, a holding tem empreendido iniciativas que possibilitem a comercialização direta de derivados, combustíveis e lubrificantes e a exploração e produção direta; e) na Venezuela, país rapidamente se transformou em grande fornecedor de petróleo e derivados para o Brasil.

Assim, é notório que, em particular essas duas empresas estejam muito bem preparadas para o desafio que virá a ser a competitividade com os demais tigres econômicos norte-americanos, e que encontram uma instrumentalidade favorável para o seu posicionamento no mercado, podendo sim trazer ganhos desconhecidos para o Brasil no pacto. O que não se aplica, como já foi debatido anteriormente aqui, à alguns setores da economia brasileiros, como o industrial, que ainda não detêm de meios seguros para se firmarem nesse bloco.

Há evidentes benefícios na atual abertura geral dos mercados. Escalas maiores e eliminação de tributos certamente propiciarão uma redução nos preços internacionais dos produtos, tanto para países pobres como para ricos. É o que está se propondo agora em informática e telecomunicações. As nações líderes da produção global de bens industriais e serviços (EUA, Japão, França, Alemanha e Inglaterra) que sediam os verdadeiros atores do processo econômico mundial - as grandes corporações transnacionais - embora tenham grandes divergências entre si, sabem que elas e suas empresas têm muito a ganhar na quebra das barreiras ao comércio internacional. Já os países pobres, com uma base industrial inexistente, embora tenham seus efeitos, têm poucas alternativas a utilizar. O que importa a eles é caminhar, mesmo que bem mais lentamente que os outros. E é nesse sentido que uma união aduaneira vem a propiciar. A abertura ao comércio mundial é uma tendência inevitável. Mas a fragilidade da estrutura de empregos e da indústria nacional - por suas próprias ineficiências e pelo "custo-país" - exige uma estratégia inteligente que calibre simultaneamente a qualidade e a velocidade dessa abertura. Afinal, é a estrutura econômica e social de um país que está em jogo.

O que não pode deixar de acontecer, é que essa possível adesão brasileira ao bloco liderado pelos EUA, venha a comprometer o Mercosul. Só para efeito de análise, a implementação do Mercosul mais do que triplicou a troca entre os países membros, elevando-o de US\$ 3,9 bilhões, em 1990, para US\$ 12,4 bilhões, em

1995, com um crescimento de 212%. Perto de 60% desse comércio está ocorrendo no setor intra-industrial, liderado pelas empresas transnacionais, que nele encontram uma adequada proteção que mais do que compensa o alto custo sistêmico da região. Do lado das importações, o movimento intra-bloco aumentou de US\$ 4,0 bilhões (1990) para US\$ 12,7 bilhões (1995) o que poderia levar a crer em regionalismo fechado. Além do mais, o crescimento das exportações totais do Mercosul de 1990 a 1995 foi de 50%, e das importações totais do bloco foi de 150%. A tarifa média do Mercosul para manufaturados reduziu-se de 25% em 1990 para 12% em 1995. E essa liberalização com o exterior foi complementada pela eliminação e redução de inúmeras barreiras tarifárias e não tarifárias. Que fique evidente que uma possível adesão ao bloco, não comprometa as relações econômicas que o Brasil têm com os demais países do continente, e nem com a Europa, China, Índia e outros demais países. É isso que deve ser também levado em conta nas negociações.

Finalmente, vamos analisar os ganhos propostos pelo trabalho, dessa possível integração com o continente americano para o Brasil. De imediato, os possíveis ganhos seriam:

- aumento do fluxo de comércio com os demais países do hemisfério;
- redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias às exportações brasileiras;
- participação em acordos de cooperação, inclusive financiamentos;
- garantia de democracia na região;
- política conjunta na área de direitos humanos;
- reafirmação do Brasil como líder da América do Sul;
- maior integração física nas áreas de transportes, energia elétrica e telecomunicações. No tocante ao PIB setorial, o impacto da ALCA, estaria atrelado à um aumento nos couros em 10,8%, na Cana-de-açúcar e beterraba em 3%, no açúcar em 1,4% e no vestuário em 0,6%.

A **agroindústria** seria a maior beneficiada com a ALCA. A produtividade brasileira é alta, e a presença do produto do país só não é maior nos Estados Unidos. Caso estes concordem em rever sua política de subsídios à produção local, dando assim maior espaço para exportações brasileiras. A tarifa média de

importação de óleo de soja nos países da região da ALCA é de 20%. Se for eliminado o imposto, o Brasil exportará US\$ 200 milhões ao ano em óleo de soja para os Estados Unidos, hoje em dia é zero.

Na **agricultura**, o empresário Blairo Maggi (atual governador do Mato Grosso), maior produtor individual de soja do mundo, recebeu no ano passado meia dúzia de delegações de agricultores americanos em suas fazendas em Mato Grosso e Rondônia. Eles foram conferir como se produz a soja mais competitiva do mundo. O paranaense Maggi colhe 3 420 quilos de soja por hectare, contra a média americana de 2 450. Tal eficiência pode premiar sojicultores como Maggi tão logo a ALCA vire realidade. O prêmio, no entanto, só virá se os brasileiros puderem competir em condições de igualdade.

A área de **têxteis**, apesar de ter estado fria no início dos anos 90, conseguiu alcançar considerável avanço, e se revigorou. A Coteminas, por exemplo, faturou 774 milhões de reais em 2000, 45% a mais que no ano anterior. Mais expressivo ainda foi seu desempenho na exportação: cresceu 130%, para 112 milhões de dólares. A Coteminas pode exportar mais. Um dos planos é aumentar a venda de lençóis nos EUA. Mas os americanos limitam a importação do Brasil a uma cota de 1,6 milhão de lençóis por ano. "A Alca facilitará nosso acesso ao maior mercado do mundo", diz Josué Christiano Gomes da Silva, superintendente da Coteminas. O setor têxtil ganha com a ALCA. Só nos EUA, o mercado de camisetas é de 3,4 bilhões de peças. A cota de exportação do Brasil é de apenas 23 milhões. A principal vantagem da área de livre comércio para o setor têxtil seria a remoção das cotas que hoje limitam a entrada de produtos brasileiros nos EUA.

Na área de **siderurgia**, as usinas brasileiras de aço são mais modernas e produzem a custo mais baixo que as concorrentes americanas, hoje obsoletas e endividadas. Os produtores nos EUA têm lutado para manter seu mercado doméstico fechado. A ALCA poderia ajudar os brasileiros a vencer o lobby. Mas o principal desafio do setor é trilhar o caminho da gaúcha Gerdau, como citado anteriormente aqui. Os Estados Unidos, apesar de todas as barreiras impostas aos competidores internacionais, ainda são o mercado mais importante para a siderurgia brasileira, consumindo quase um terço de todo o aço colocado no mercado externo. Em 2000, das 9.617 mil toneladas de aço exportadas pelo Brasil, 3,1 milhões foram para o mercado norte-americano, rendendo receita de US\$ 834,4 milhões. Devido as

barreiras, a maior parte das vendas aquele país é de semi-acabados, principalmente placas, lingotes e tarugos, que tem menor valor agregado. Esses produtos responderam por 2,3 milhões das 3,1 milhões de toneladas de aço colocadas pela siderurgia brasileira nos EUA. Apesar da forte concorrência internacional, empresas brasileiras poderiam ocupar mais espaço no mercado norte-americano. Entre os produtos acima da faixa dos semi-acabados, as restrições impostas pelos EUA são mais pesadas. Por isso mesmo, aços planos de menor valor agregado, como as bobinas a quente, predominam nas exportações brasileiras para aquele país. Nesse campo, estão as duas maiores siderúrgicas brasileiras, CSN e Usiminas, que dominam linhas de produção mais sofisticadas, como laminados a frio e aços revestidos.

No que concerne à área de **autopeças**, a Mangels, produtora de rodas, entre outros itens, se manteve no mercado, depois da crise do Plano Collor de abertura de mercado. Acertou o foco, antes diversificado, e enxugou a estrutura. Quando chegou o Plano Real, a empresa tinha voltado a lucrar e exportava US\$ 50 milhões por ano. A valorização do real, porém, derrubou sua competitividade externa. Em compensação, a importação de equipamentos modernos ficou mais em conta. Mangels aproveitou a oportunidade e, de 1994 a 1998, investiu US\$ 50 milhões na modernização de suas três fábricas. Resultado: hoje, diante da perspectiva da ALCA, é um otimista: "Quem sobreviveu aos anos 90 está preparado. Nossos custos agora são inferiores aos internacionais".

No **químico**, a indústria nacional tem conquistado vantagens competitivas e se aproximando do mercado, mas é preciso garantir os direitos jurídicos diante de outros países. Isso significa a aprovação da "cesta básica" empresarial para maior abertura: reforma tributária, redução da taxa de juro, facilitação de investimentos.

O setor de **calçados** está de olho em acertar uma tarifa zero para os produtos brasileiros, em frente aos que continuarão a ser taxados, como os italianos e os asiáticos. A gaúcha Azaléia já manda 60% de suas exportações para os Estados Unidos. "Vamos sem dúvida exportar ainda mais", diz Nestor Herculano de Paula, presidente da Azaléia. O setor calçadista é um dos poucos que estão preparados para a ALCA. O mercado norte-americano importa 1,7 bilhão de pares e produz apenas 10% ao ano. A indústria brasileira teria condições de triplicar a exportação para os EUA se fossem eliminadas as tarifas de importação que variam

de 8,5% a 17%. em média, chegando a 37% em casos especiais. Como nenhum país das Américas é concorrente, o setor não teme a importação para o Brasil.

Na área de **cerâmicas**, os americanos tradicionalmente preferem revestir as paredes de suas casas com papel e acarpetar os pisos. Mas nos últimos anos vem aumentando o consumo de azulejos e pisos cerâmicos. Fabricantes brasileiros como a catarinense Cecrisa, do pólo cerâmico de Criciúma, já têm os EUA como o principal mercado exterior, embora seus produtos enfrentem lá uma tributação de 15%. A ALCA poderia significar a queda dessa taxa e daria vantagem na disputa com os produtores da Itália, o país que hoje mais vende cerâmica para EUA e Canadá.

No ramo de **papel e celulose**, empresas como a Klabin, a maior do setor, com receita de 2,4 bilhões de reais em 2000, dos quais 30% gerados com exportação, voltaram a ter lucro e a investir. Segundo Josmar Verillo, diretor-geral da Klabin, a concorrência no setor aumentará com a ALCA. "Precisamos reduzir pela metade a nossa carga tributária para competir em igualdade com os americanos. Com as condições de hoje, se eles chegassem sem barreira tarifária, seríamos triturados". A empresa focou nas linhas de maior rentabilidade e com mais chance de crescimento: embalagens, papéis descartáveis e celulose. A decisão de abandonar nichos em que a atuação era complexa e pouco lucrativa foi tomada em 1998.

No setor de **alimentos**, a Sadia estuda a melhor maneira de atender o mercado norte-americano que só consome peito de frango. Estima-se que as exportações, que somaram US\$ 800 milhões no ano passado, teriam reforço de US\$ 300 milhões com a ALCA. O Brasil, o segundo país exportador de frango do mundo, tem tudo para incomodar os EUA. Tanto as aves quanto os suínos criados no Brasil são os mais baratos do mundo. Mesmo assim não entra um grama de carne de frango brasileiro nos EUA, devido à barreiras fitossanitárias, que devem ser conversadas repetitivamente até chegar à um acordo que beneficie nosso lado.

No **aeronáutico**, contamos com a presença forte da Embraer. Poucos países no mundo contam com uma indústria aeronáutica. O único entre os emergentes a ter destaque é o Brasil. A Embraer não depende da ALCA para continuar competitiva no mercado global. Não há barreiras tarifárias às vendas de aviões.

No referente à **móveis**, a Carraro, uma das maiores fabricantes brasileiras de dormitórios, mesas e cadeiras, sediada em Bento Gonçalves, na serra gaúcha, obteve 10% do seu faturamento de R\$ 75 milhões em 2000 com vendas no exterior. O mercado americano absorveu 80% do volume exportado, em especial móveis nobres, de madeira maciça.

Na área de **automotivos**, a Marcopolo, o maior fabricante brasileira de ônibus, acelerou sua internacionalização e se tornou uma multinacional. Produz ônibus na serra gaúcha, Portugal, México, Argentina, África do Sul e Colômbia. A Marcopolo gerou com a exportação cerca de 50% do faturamento de R\$ 833 milhões em 2000. "Ainda não podemos estimar ao certo o tamanho do pulo que podemos dar com a ALCA, mas estamos prontos para ela, na hora que for", diz José Martins, vice-presidente corporativo da Marcopolo. Segundo ele, a preparação para o futuro mercado comum americano já começou. De uns anos para cá, todos os contratos firmados pela empresa no continente incluem cláusulas prevendo que, com a ocorrência de "eventos" que mudem as regras vigentes, eles serão revistos. Os executivos da empresa fizeram isso prevendo a ALCA.

Estes são os setores que estão melhores preparados para uma eventual ALCA, e que, possivelmente possam trazer os benefícios que o Governo está preocupado em negociar, para não desfalcar a economia brasileira, muito menos comprometer a área social.

Muitos esforços ainda têm de ser feitos, para que possam assegurar a competitividade justa das empresas brasileiras frente os gigantes americanos. Mas, é certo que nossos empresários estão de olho no futuro há muito, e estão fazendo o possível para capacitarem suas empresas em um futuro bloco sem saírem perdendo.

6 – O QUE PODERÁ ATRAPALHAR O BRASIL

Entre empresários, economistas e analistas de mercado, quase todos concordam que os setores mais fortes da cadeia produtiva brasileira são competitivos o suficiente para entrar na ALCA e têm muito a lucrar com a criação do bloco. Ou seja, as companhias estão preparadas. O país, contudo, ainda não está. Com problemas de infra-estrutura, escassez de crédito e ausência de auxílio especializado à exportação, os brasileiros enfrentam obstáculos perigosos na implantação da ALCA. De acordo com os produtores, o governo está certo ao dedicar seus esforços à negociação detalhada do bloco. Mas falta ajudar o mercado interno a se preparar para as transformações que vêm pela frente, sem ter de arcar com o peso do custo Brasil. A seguir, alguns dos principais problemas:

- **Infra-estrutura e mão de obra** - As estradas e portos são considerados deficientes; há escassez de investimentos em educação e treinamento de pessoal; ainda falta de mão-de-obra especializada em diversos setores produtivos.
- **Carga tributária** - O sistema de tributos brasileiro é tão ruim que muitos produtos importados pagam menos imposto do que os feitos no próprio país, uma espécie de protecionismo às avessas. Os empresários esperam uma reforma satisfatória nos tributos para aliviar os custos da produção e eliminar a cobrança de impostos em cascata.
- **Juros** - Apesar dos cortes adotados a partir da segunda metade de 2003, os empréstimos ainda custam muito caro no Brasil, um dos campeões mundiais em juros altos. Só com taxas muito menores a economia ganhará fôlego para crescer nos índices desejados.
- **Crédito** - Há escassez de recursos para investir na produção e financiar as exportações. O BNDES ajuda no financiamento nas vendas externas, mas as condições são muito piores do que as oferecidas aos produtores de outros países.
- **Suporte à exportação** - Ainda faltam no Itamaraty diplomatas e técnicos especializados para negociar acordos, defender o país em disputas e painéis de arbitragem e auxiliar na conquista de mercados externos. A própria negociação da

ALCA fica prejudicada sem a presença de um número elevado de especialistas na área.

- **Tecnologia** - O parque industrial brasileiro continua se modernizando, mas ainda há escassez de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

7 – PERGUNTAS E RESPOSTAS

O que acontecerá se a ALCA for criada?

As tarifas alfandegárias impostas aos produtos de outros países serão derrubadas, dando origem a um grande mercado aberto no continente americano. Os brasileiros poderão vender seus produtos sem impostos adicionais em qualquer um dos outros 33 países participantes. Da mesma forma, o país receberá produtos estrangeiros mais baratos, já que não haverá alíquotas de importação. A queda das tarifas, contudo, pode não ser imediata nem total - o temor de quebra de empresas nos países menos desenvolvidos deverá fazer com que o processo seja gradual.

Por que a ALCA causa tanta polêmica?

Porque sua adoção significaria, na opinião de alguns, um enfraquecimento da economia local, já que os produtos estrangeiros poderiam esmagar setores que não são competitivos. Além disso, há uma forte carga ideológica no debate sobre o bloco - muitas facções políticas ainda acreditam que a ALCA é uma tentativa de "anexação" dos países subdesenvolvidos pelos Estados Unidos.

O Brasil está preparado para entrar na ALCA?

Em termos. Por um lado, seu parque industrial e suas atividades agropecuária e siderúrgica, entre outros setores, estão prontos para enfrentar - e derrotar - a concorrência em outros países, inclusive nos Estados Unidos. Em contrapartida, o país ainda oferece obstáculos perigosos aos seus produtores, através do chamado custo Brasil - falta infra-estrutura e mão-de-obra adequadas, o crédito é escasso e os juros são altíssimos.

Mas o Brasil sai ganhando ou perdendo se aderir?

Depende. Se negociar um acordo com os termos que deseja, tem muito a lucrar. O Brasil defende, além da queda das tarifas alfandegárias, o fim das barreiras não alfandegárias - que protegem os produtores de países como os Estados Unidos da concorrência estrangeira. Se não conseguir romper essas barreiras, porém, o

país realmente corre riscos, já que abriria seu mercado para o produto importado mas não conseguiria aumentar suas exportações como desejado.

O Brasil tem condições de derrotar o protecionismo americano nas negociações?

Será muito difícil. A reta final das negociações será realizada bem no ano da campanha eleitoral nos Estados Unidos, e o presidente George W. Bush, que tenta a reeleição, não deverá firmar acordos que prejudiquem os produtores locais ou retirem os mecanismos de proteção ao mercado interno. Só com argumentos técnicos impecáveis os brasileiros conseguirão negociar contrapartidas interessantes no diálogo com os americanos.

Por que os americanos insistem tanto em formar a ALCA o mais rápido possível?

Porque sua cadeia produtiva está absolutamente pronta para enfrentar a concorrência - o parque industrial é avançado, a mercadoria americana é bem aceita, os exportadores tem enorme apoio do governo e, nos setores menos competitivos, há mecanismos protecionistas. O país é líder disparado no comércio no continente. Em resumo, os americanos estão ansiosos para abrir as portas para um mercado gigantesco, com cerca de 800 milhões de consumidores, aumentando suas exportações e importando mercadorias que não produz a contento - como algumas matérias-primas e alimentos - por preços bem menores.

Haverá ALCA sem o Brasil?

Os Estados Unidos insistem em dizer que sim. Vários diplomatas e autoridades americanas exigiram que o Brasil cedesse nas negociações ameaçando o país de isolamento no continente. Mas essa hipótese não interessa aos americanos, que consideram o Brasil uma peça chave para o novo bloco - é uma das grandes forças do continente. Aliás, a exclusão não interessa também aos brasileiros, que ainda não pensam em ficar de fora da ALCA, apesar das brigas com os americanos.

E se o Brasil ficar de fora?

O país corre o risco de sofrer um indesejável isolamento político, econômico e diplomático. Na parte comercial, perderá a oportunidade de ampliar seu mercado consumidor, terá dificuldades para obter índices de crescimento econômico maiores, não ajudará o setor produtivo a melhorar para enfrentar a concorrência lá fora. Na parte política, deixará azeda sua relação com o país mais rico e poderoso do mundo e enfraquecerá sua posição de líder regional. Portanto, é melhor negociar do que saltar fora do acordo.

A ALCA acabaria com o Mercosul e o Nafta?

Não. Os blocos regionais continuarão em vigor mesmo durante a negociação e a implantação da ALCA. E mais: esses blocos permitem que os vizinhos negociem a adesão ao acordo continental em posição mais vantajosa. Um exemplo é a criação do Consenso de Buenos Aires, em que Brasil e Argentina declararam apoio ao Mercosul e prometeram negociar a ALCA juntos, numa posição unificada.

A ALCA é só um bloco comercial ou terá também medidas de integração política e social, como está ocorrendo na União Européia?

O acordo é somente de livre comércio, e não prevê o livre trânsito de pessoas pelo continente ou a criação de um parlamento e uma moeda comuns, como ocorreu na Europa. Apesar disso, sua adoção pode ter grande influência na área social dos países integrantes - afinal, um país poderá crescer ou afundar ao entrar no bloco. Outra possível consequência é a adoção de políticas de apoio aos países menos desenvolvidos, que receberiam financiamento para melhorar sua infraestrutura - ou seja, na prática o acordo comercial também terá desdobramentos políticos e sociais nos países.

8 - PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS – BANCO DO BRASIL S.A

Como reflexo da elevada influência que os financiamentos exercem nas operações internacionais, pode-se afirmar que, em alguns casos, a mercadoria assume uma posição de subproduto. A existência ou não de financiamento é que decretará a concretização do negócio.

Existe uma série de alternativas de financiamento à exportação/importação, que se diferem basicamente pelo prazo, origem dos recursos e momento da contratação.

As linhas destinadas ao financiamento tem, em comum, custos compatíveis com o mercado internacional, uma vez que os recursos são captados no exterior com taxa de juros internacionais, ou ainda origem junto ao tesouro nacional.

As operações mais conhecidas são: ACC – Adiantamento sobre Contrato de Câmbio, ACE – Adiantamento sobre Cambias Entregues, Export Notes – Cessão de Créditos de Exportação, BNDES-Exim – Crédito disponibilizado pela FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial), que subdivide-se em Exim Pré-Embarque e Exim Pré-Embarque Especial e Exim Pós-Embarque, O Governo disponibiliza ainda recursos federais, através do PROEX – Programa de Financiamento às Exportações, que são realizados pelo Banco do Brasil.

ACC / ACE

ACC (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio) é uma antecipação de recursos em moeda nacional (R\$) ao exportador por conta de uma exportação a ser realizada no futuro.

ACE (Adiantamento sobre Cambiais Entregues) é uma antecipação de recursos em moeda nacional (R\$) ao exportador, após o embarque da mercadoria

para o exterior, mediante a transferência ao Banco do Brasil dos direitos sobre a venda a prazo.

Eles têm como finalidade prover recursos antecipados ao exportador, para completar as diversas fases do processo de produção e comercialização da mercadoria a ser exportada.

Vantagens:

- a) obtenção de recursos para produzir os bens destinados à exportação a um custo financeiro reduzido (taxas de internacionais);
- b) capital de giro de até 360 dias antes do embarque do bem exportado (ACC);
- c) as vendas ao exterior realizadas a prazo - até 180 dias - são recebidas à vista pelo exportador (ACE);
- d) isenção do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF.

Carta de Crédito de Exportação

Aviso/Confirmação/Negociação

Carta de Crédito de Exportação é a abertura de crédito documentário onde aparecem descritas as condições em que a operação deve ser concretizada e um banqueiro que se compromete, por ordem e conta de seu cliente, a pagar a mercadoria, mediante a apresentação dos documentos representativos da transação.

A carta de crédito pode ser definida como uma ordem de pagamento condicionada, isto é, o exportador fará jus ao recebimento se atender a todas as exigências por ela estipuladas.

A Carta de Crédito de Exportação é a modalidade de pagamento que oferece maior respaldo ao exportador, afinal, envolve operação garantida por um ou mais bancos que se responsabilizam pelo pagamento, caso sejam atendidas todas as exigências estipuladas no documento.

Como Funciona?

A Carta de Crédito de Exportação é um serviço prestado a exportadores brasileiros com base em cartas de crédito abertas no exterior por banqueiros estrangeiros, garantindo, assim, o recebimento do valor correspondente à exportação.

Quando uma das agências do Banco no Brasil aceita uma carta de crédito, ela não está se comprometendo a receber diretamente do importador, mas sim do banco que a emitiu. Por isso a transação é garantida. Se o importador não pagar, o problema passa a ser do banco que lhe deu a carta de crédito.

Ou seja, a Carta de Crédito de Exportação proporciona facilidades ao exportador em decorrência da vasta rede de agências do BB no País e da grande oferta de produtos ligados à exportação.

Disponível para empresas exportadoras clientes e não clientes do BB, a Carta de Crédito de Exportação garante o recebimento do valor correspondente a exportação, se atendidas as exigências previstas no documento.

Carta de Crédito de Importação

Carta de Crédito de Importação é uma modalidade de pagamento em que o BB, a pedido de seu cliente importador, emite documento garantindo o pagamento ao exportador estrangeiro, desde que atendidas todas as condições e prazos estipulados na carta de crédito. O serviço tem por objetivo garantir segurança na realização de negócios das empresas exportadoras e importadoras. O pedido de Abertura da Carta de Crédito agora poderá ser solicitado pela INTERNET.

Como Funciona?

Este é um serviço prestado a importadores brasileiros, que garante o pagamento do valor correspondente à importação. Quando uma das agências do Banco no Brasil emite uma carta de crédito, ela está se comprometendo a efetuar o

pagamento a terceiros (o beneficiário) ou à sua ordem no exterior, se todas as condições do negócio forem atendidas.

Carta de Garantia

As Cartas de Garantias são operações em que o Banco do Brasil se solidariza com o cliente em riscos por ele assumido. Elas viabilizam a exportação de bens e serviços brasileiros. Além disso, possibilita ao cliente a participação em concorrências internacionais.

Como funciona?

São cartas emitidas pelo BB que garantem, exclusivamente, operações de exportação de bens e serviços, e se apresentam nas seguintes modalidades:

- a. Bid Bond (garantia de oferta): garantem a assinatura do contrato pertinente, caso a empresa vença a concorrência pública aberta no exterior para fornecimento de bens e/ou serviços.
- b. Performance Bond (garantia de cumprimento): garantem o fiel cumprimento do contrato de exportação (fornecimento de bens e/ou serviços).
- c. Refundment Bond (garantia de reembolso): garantem o reembolso de pagamentos antecipados, efetuado pelo importador estrangeiro, no caso de não cumprimento da exportação contratada.

O serviço é destinado a pessoas físicas e empresas nacionais ou estrangeiras, que sejam clientes do Banco do Brasil e tenham limite de crédito aprovado.

Quais os benefícios?

Só as Cartas de Garantia oferecem a segurança e tranqüilidade para o cumprimento do contrato comercial. Além disso, possibilitam o recebimento de pagamentos antecipados e garantem credibilidade internacional a sua empresa.

Cobrança de Exportação

Cobrança de Exportação é a forma de pagamento na qual o Banco do Brasil, apoiado em sua rede de agências externas e em seus correspondentes internacionais, remete os documentos de cobrança para o exterior, a serem apresentados ao importador estrangeiro. Ou seja, representa sua empresa no comércio internacional.

O serviço permite ao cliente o encaminhamento, por intermédio do BB, de documentos relativos às operações de exportação nas condições e prazos acordados entre exportador e importador.

Como funciona?

O exportador, após o embarque da mercadoria, emite uma letra de câmbio - também denominada saque ou cambial - contra o importador, que será enviada a um banco no país do importador, que, por sua vez, efetuará a cobrança à vista ou a prazo contra a entrega dos documentos.

O serviço está disponível para empresas exportadoras, clientes e não clientes do BB. O Banco do Brasil coloca o exportador, em contato direto com o mundo através de sua rede de dependências externas e correspondentes internacionais. Isso proporciona uma cobrança ágil e efetiva dos saques provenientes de seus negócios de exportação.

Cobrança de Importação

Forma de pagamento na qual o exportador estrangeiro, após o embarque da mercadoria, emite uma letra de câmbio (também denominada saque ou cambial) contra o importador brasileiro. Esta será enviada ao BB, que efetuará a cobrança à vista ou a prazo, de acordo com as instruções do remetente.

Para que serve?

Dar segurança à operação negociada entre exportador e importador, garantindo que os termos de pagamento pactuados sejam cumpridos.

Como funciona?

As cobranças de importação são regidas pelas Regras Uniformes para Cobranças - Publicação n.º 522 da Câmara de Comércio Internacional.

- Cobrança à vista: modalidade de operação onde o importador efetua o pagamento tão logo lhe seja apresentada a documentação de embarque.
- Cobrança a prazo: modalidade de operação onde o importador, ao ser apresentada a documentação de embarque, aceita um saque para vencimento futuro.

A quem se destina?

Pessoas físicas e jurídicas, clientes ou não do BB.

Quais os benefícios?

Custo reduzido em relação à carta de crédito, sendo indicada especialmente aos clientes que possuam tradicionais fornecedores no exterior, pois tal modalidade pressupõe confiança mútua. Agilidade do serviço.

Cobrança Financeira "Do" e "Sobre" o Exterior.

A Cobrança Financeira "do" e "sobre" o exterior é uma modalidade de serviço oferecido pelo BB para cobrança de documentos financeiros.

O serviço tem por objetivo propiciar ao cliente a cobrança de cheques e outros documentos não vinculados a operações comerciais.

Como funciona?

As cobranças "do exterior" envolvem remessas de banqueiros no exterior ou de cheques em moeda estrangeira sacados no Brasil. As cobranças "sobre o exterior" envolvem remessas a banqueiros e agências externas de:

- cheques.
- Travelers cheques.
- demais títulos em moedas estrangeiras aceitas no mercado financeiro internacional como representativos de valor, não ligados a operações comerciais.

O serviço atende a pessoas físicas ou jurídicas, que sejam clientes do BB. Como benefício, permite a disponibilidade em moeda nacional (R\$) de cheques em moeda estrangeira sacados em outros países.

Convênio Banco do Brasil x Western Union.

O Banco do Brasil firmou um convênio com o Western Union para a transferência de dinheiro do exterior para o Brasil. Esse convênio viabiliza o pagamento ao favorecido de valores remetidos por pessoas físicas a título de manutenção e turismo.

Com o objetivo de garantir maior comodidade ao cliente BB, o envio do dinheiro para o Brasil é feito em qualquer ponto de atendimento da Western Union no exterior. As transferências só podem ser feitas entre pessoas físicas e o resgate da remessa é imediato. Em minutos, a ordem de pagamento chega ao sistema do Banco do Brasil. Para receber a ordem de pagamento, basta apresentar-se à agência do Banco mais próxima, munido de documento de identidade e CPF.

Podem desfrutar dos benefícios desse convênio, pessoas físicas, clientes ou não do Banco do Brasil.

Quais os Benefícios?

O convênio entre o Banco do Brasil e Western Union proporciona inúmeras vantagens. Pode-se contar com mais de 101 mil pontos de atendimento Western Union em 176 países e a rede de agências do Banco no Brasil. Além disso:

- O dinheiro chega em minutos sem burocracia e sem complicação.

O beneficiário pode receber o seu dinheiro em qualquer agência do Banco ou na sua conta corrente, desde que autorizado.

Documentos.

Este é um serviço realizado pelo BB, por delegação do Departamento de Operações de Comércio Exterior - DECEX, de emissão de Certificados de Origem, Licenças de Exportação e de vistos em faturas comerciais ligadas à exportação. Tais documentos são utilizados no processamento das exportações.

Através de formulários específicos, a empresa solicita as emissões necessárias na agência BB. Os formulários podem ser solicitados pelos exportadores e seus representantes legais.

Financiamentos à Importação

Hoje, as inovações tecnológicas acontecem com tanta velocidade que o sucesso e até a sobrevivência das empresas dependem da capacidade de se adaptar às mudanças e às novas exigências de seus clientes.

O Banco do Brasil é reconhecido pelas instituições estrangeiras como o principal agente promotor do comércio exterior brasileiro. Toda essa experiência e tradição permite ao BB captar recursos com menores custos, repassando-os para a sua empresa. Nada como ter um parceiro de credibilidade para abrir portas.

Como adquirir o seu financiamento e as vantagens que o banco.

A rede externa de agências do Banco do Brasil e de banqueiros conveniados (correspondentes) permite que o banco capte recursos em condições competitivas.

As principais modalidades de financiamentos à importação são:

- Financiamentos de Curto Prazo - segundo a legislação cambial, são os financiamentos com prazo de pagamento de até 360 dias.
- Financiamento de Longo Prazo - são os financiamentos com prazo de pagamento superior a 360 dias, apropriados às empresas brasileiras que necessitam modernizar seus parques industriais.
- Linhas de Crédito (de longo prazo) - Acordos com Banqueiros Externos:
 - I. são acordos firmados entre o BB e banqueiros externos para financiamento de importações brasileiras, com taxas bastante competitivas.
 - II. as linhas de crédito que abrigam estes acordos têm prazos, em geral, de 2 a 10 anos, conforme o valor e características dos produtos e serviços de origem dos países dos banqueiros fornecedores das linhas.

Formas de Financiamento - de acordo com o fornecedor dos recursos, o financiamento apresenta-se nas seguintes formas:

- Buyer's Credit
 - I. financiamento concedido diretamente ao importador brasileiro por um banqueiro externo, que efetuará o pagamento à vista ao exportador estrangeiro; ou
 - II. repasse, pelo BB, de recursos amparados em linhas de crédito firmadas no exterior.
- Supplier's Credit
 - I. financiamento do exportador, diretamente ao importador brasileiro, mediante concessão de prazo para pagamento.

Modalidades de Pagamento - devem ser conduzidas com a participação do BB e podem ser através de:

- Crédito Documentário (Carta de Crédito): modalidade de pagamento em que existe a abertura de carta de crédito onde aparecem descritas as condições em que a operação deve ser concretizada e um banqueiro que se compromete, por ordem e conta de seu cliente, a pagar a mercadoria, mediante a apresentação dos documentos representativos da transação.
- Cobrança Documentária (com ou sem saque): modalidade em que o exportador entrega a um banco de sua preferência os documentos de embarque, acompanhados de um saque contra o importador.
- Remessa sem Saque (ou remessa direta de documentos): modalidade em que não existe a intermediação de um banco, pois o importador recebe diretamente do exportador os documentos de embarque (sem saque) e promove o desembaraço da mercadoria na alfândega.

A Quem se Destina?

Clientes do BB que tenham limite de crédito aprovado.

Quais os Benefícios?

- Custo reduzido (taxas de juros internacionais, mais baixas do que as praticadas internamente).
- Taxas fixas ao longo de todo o financiamento, o que facilita a previsão do fluxo de caixa do importador.
- Linhas de crédito sob medida com prazos que podem chegar a 10 anos.
- Acesso à tecnologia estrangeira ainda não presente no Brasil.

Ordens de Pagamento para o Exterior.

Ordens de Pagamento para o Exterior são transferências financeiras do Brasil para o exterior, em moeda nacional ou estrangeira.

Para que serve?

Serve para viabilizar pagamentos e demais compromissos assumidos no exterior, por pessoas físicas e jurídicas residentes/sediadas no Brasil.

Transferências Financeiras do Exterior.

Ordem de pagamento em moeda estrangeira ou nacional (R\$) enviada do exterior para o Brasil.

Para que serve?

Viabilizar o fluxo financeiro internacional entre pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas.

Viabilizar o pagamento ao favorecido de valores devidos/remetidos por pessoas físicas ou pessoas jurídicas no exterior.

Como funciona?

A transferência é realizada através de ordem de pagamento em moeda nacional ou estrangeira enviada do exterior para o Brasil, utilizando-se de sistemas informatizados.

O pagamento é feito com a contratação de operação de câmbio nas agências do BB habilitadas pelo Banco Central do Brasil que, conforme a finalidade das operações, determina a utilização de taxas livres ou flutuantes.

A quem se destina?

Pessoas físicas ou jurídicas, clientes e não clientes do BB.

Quais os benefícios?

Sistema informatizado de recepção das ordens de pagamento.
Possibilidade de crédito do valor correspondente à ordem em conta corrente.

Diversas agências do BB em todos o território nacional aptas a realizar a operação.

Programa de Geração de Negócios Internacionais (PGNI).

As exportações brasileiras sempre estiveram concentradas de forma expressiva nas grandes empresas. Para auxiliar na mudança desse modelo e aumentar a participação de empresas de médio porte na atividade exportadora, o Banco do Brasil lançou em 1998, o Programa de Geração de Negócios Internacionais (PGNI) com o objetivo de aumentar os negócios de comércio exterior e expandir de forma competitiva a base de exportadores.

O Programa consolidou-se no mercado como marca forte do BB no segmento exportador e no âmbito institucional do comércio exterior brasileiro. As empresas integrantes do PGNI recebem apoio e assessoria técnica em todas as fases do processo de exportação. Graças a atuação conjunta de Gerentes de Contas, responsáveis pelo acompanhamento das empresas, e de gerentes e consultores especializados em negócios internacionais dos quatorze Núcleos Regionais de Apoio a Negócios Internacionais (Nurins) localizados nos principais centros produtores do País, o Banco do Brasil garante completo atendimento das necessidades de seus clientes exportadores.

Conhecedor das dificuldades enfrentadas pelas empresas de pequeno porte e em consonância com esforços do governo federal de inseri-las no mercado externo, já que são consideradas estratégicas para a geração de emprego e renda, o BB, inspirado na experiência bem-sucedida do PGNI, lançou em agosto deste ano, o Programa de Geração de Negócios Internacionais para Micro e Pequenas Empresas (PGNI-MPE).

O novo programa do Banco do Brasil, marcado pela praticidade, tem como plataforma básica de trabalho a Internet, ambiente ágil, de baixo custo operacional e sem a burocracia a que estão sujeitas as exportações convencionais.

A quem se destina

O PGNI-MPE é dirigido às empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 5 milhões, que já exportam ou que apresentem potencial para exportação.

Objetivos do programa

- a) apoiar as ações do governo federal no sentido de incrementar as exportações;
- b) criar e disseminar a cultura exportadora, com ações de sensibilização e capacitação das micro e pequenas empresas;
- c) ampliar e desconcentrar a base exportadora com inserção das MPEs no mercado internacional, como forma de propiciar a elevação dos níveis de emprego e renda da população brasileira;
- d) estabelecer parcerias com associações de classe e órgãos governamentais engajados no apoio ao comércio exterior, principalmente aqueles com projetos aprovados na APEX-Brasil.

Benefícios

- redução de custos para a inserção no mercado internacional;
- acesso a pacote de consultoria em negócios internacionais especialmente desenvolvido para os participantes do Programa, com isenção de tarifas;
- atendimento especializado prestado por um gerente de negócios internacionais, em conjunto com o gerente de contas;
- apoio da rede de agências do BB no exterior;
- promoção dos seus produtos no exterior através de canais modernos para realização de negócios internacionais;
- acesso à linha de financiamento à exportação com taxas competitivas.

CONCLUSÃO

A integração das Américas pode vir a ser muito positivo para o Brasil, desde que ocorra de modo gradativo, com a devida preparação da indústria nacional para a eliminação das tarifas alfandegárias e que se faça de maneira compatível com o fortalecimento e a estabilidade de nossa economia.

O Brasil, assim como os demais países do Mercosul devem manter o propósito de negociar em bloco, o que aumenta o seu poder de barganha principalmente em relação aos EUA que vem tentando impor sua hegemonia nas negociações.

Apesar dos esforços americanos em avançar no processo de integração, o que muito está atrelado à uma política em que eles incluem coerção para tais fins. As estratégias hegemônicas bem sucedidas sempre foram constituídas por uma combinação de força (ou ameaça) e de liderança moral e intelectual. E é baseado nisso que segue os "avanços" para conclusão do bloco.

Os Estados Unidos levantam a bandeira do livre comércio como sendo de interesse universal e com propósitos de promover a prosperidade mundial. O que têm que ser levado em conta não só pelo Brasil, mas como para todos os países que aspiram à uma adesão, a defesa do emprego, a qualidade ambiental, sua posição geopolítica e o equilíbrio de seu Balanço de Pagamentos - pelos efeitos perversos que problemas nessa esfera podem acarretar nas suas demais variáveis macroeconômicas. Importam, também, o valor adicionado de sua produção local, o nível de empregos e os impostos arrecadados.

Lembremos, por exemplo, o modelo da China. Um país comunista, que viveu tempos de crises, mas que soube aproveitar o que tinha de bom, e promoveu seu crescimento, sem precisar ter integrado bloco algum, e sem precisar ficar sob a influência americana. As décadas de protecionismo encaradas pela América Latina, contribuíram para um progresso industrial, mas também para a acomodação de uma classe empresarial e pouca inovadora. Apesar de em alguns anos ter crescido substancialmente, nos ainda temos que mudar muitas coisas nos setores da nossa economia para enfrentar uma possível adesão. Esses possíveis acordos regionais, em forma de bloco, podem tanto se apresentar como uma forma de obstáculo ou de estímulo. Eles são mais extensos e profundos do que aqueles engajados pela OMC.

Podem ajudar na ampliação da pauta da mesma ao criar mecanismos que podem ser servidos à toda comunidade internacional. Por outro lado, regras usadas à nível regional, podem ser usadas como barreiras não-tarifárias, onde exigências de padrão de proteção ambiental e de trabalho são na verdade práticas de protecionismo mascaradas.

Uma estrutura de negociação flexível com todos os países participantes dos projetos para o crescimento da livre circulação comercial é a principal proposta da ALCA. Em tese, a regra apresentada pelos líderes e patrocinadores do processo ALCA traria, de certa forma, o desenvolvimento econômico das nações integrantes assegurando que todos os grupos de negociação efetuem desenvolvimentos que aumentam de acordo com o cumprimento de seus mandatos e objetivos. Por outro lado, precisamos analisar o que realmente significa o livre comércio.

Redução de tarifas de importação e exportação de produtos é uma das medidas. A ALCA sugere que, para que os países participantes do livre comércio possam lucrar com abertura comercial, faz-se necessário padronizar taxas a fim de quebrar barreiras antes existentes com muitos produtos. Dessa forma, permite-se que capital e produtos estrangeiros proliferem em todos os países da ALCA, que são até agora: Canadá, Estados Unidos, Equador, Chile e Brasil. Este último, ainda em fase de negociação.

" A longo prazo, a melhor coisa que o Brasil, os Estados Unidos e os demais países da América Latina têm a fazer é reduzir juntos as tarifas. Essa é uma das razões pelas quais o Presidente Bush é um grande defensor da Área de Livre Comércio das Américas". Robert Zoellick – VEJA, 20/03/2002

No entanto, sobre outro ângulo de visão, podemos verificar que a abertura comercial dos países, abre margem também, para que os países tenham livre acesso (em tudo, seja exploração de recursos naturais, turismo sustentável, instalação de mais empresas multinacionais) nas nações participante da ALCA. Os órgão reguladores da ALCA são todos de cunho norte-americano: BID(Banco Interamericano de Desenvolvimento), OEA (Organização dos Estados Americanos) , CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) entre outros.

Esses órgão estabelecem regras e patrocinam projetos em países Latino Americanos de forma que, promovem o vínculo econômico, social e político dos

países "beneficiados", sob a máscara da "ajuda internacional para o desenvolvimento sustentável".

Tomando como foco particular o Brasil, podemos traçar melhor o raciocínio mercantilista da ALCA.

Formamos uma nação com grandes probabilidades de crescimento econômico. Atualmente, somos a 15ª economia do mundo. Exportamos produtos diversos para vários países da Europa, países do Cone Sul e também, para os Estados Unidos. Territorialmente, possuímos a mais extensa área da América Latina. Nosso mercado é bastante competitivo, para citar um exemplo, temos a EMBRAER, Quarta maior fabricante de aeronaves comerciais do mundo e a maior exportadora brasileira, que enfrentou, há algum tempo atrás, ameaça do governo canadense, causando um conflito internacional, quando acusou o mercado pecuário brasileiro de exportar carne bovina contaminada. O conflito no entanto, era "fachada" que a empresa canadense BOMBARDIER, principal concorrente da EMBRAER, provocou para tumultuar o mercado econômico brasileiro, no intuito de esconder as sérias crises financeiras, em virtude da perda do mercado de fabricação de aeronaves para a brasileira EMBRAER.

É preciso atentarmos que o processo ALCA não é ligado somente a ajuda econômica mútua dos países associados. Diz respeito a uma área comum a esses países. A conquista do mercado do Cone Sul, por meio de "parcerias" econômicas, passa em primeira mão pelo Brasil, pelo fato de sermos o maior país Latino Americano, territorialmente e em ascensão econômica e, ainda, de sermos principalmente, industrializados.

Cabe ao Banco do Brasil S.A. efetuar referido papel, contribuindo para divulgação do país no âmbito da ALCA, como também, oferecendo estrutura e condições para que o empresariado brasileiro possa competir em igualdade com o grande participante da ALCA (EUA).

Deverá acompanhar, com a maior proximidade possível, o andamento do processo ALCA, adequando se necessário, seus produtos aos novos procedimentos comerciais que deverão ser instalados, o que provocará uma situação de vanguarda perante as demais instituições financeiras, inclusive as estrangeiras que com certeza estão de "olho" nesse mercado, evitando prejuízos ao investir de forma inadequada.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, José Augusto de. **Financiamentos à Exportação e Seguro de Crédito**. 2ª edição. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 1998.

OLIVEIRA, Alberto de Oliveira. Curso de Especialização em Marketing. 2000.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **Exportação: a Solução Global**. São Paulo: Aduaneira, 1997.

RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Câmbio**. 9ª Edição. São Paulo: Aduaneira, 1997.

Curso de Gestão de Negócios Internacionais – Universidade Cooperativa Banco do Brasil – 2001.

A ALCA e as Micro e Pequenas Empresas Paulistas –SEBRAE SP - 2002
Jornal Gazeta Mercantil – 27/02/2004 – Cartas & Opiniões. (A CUT e as negociações da ALCA).

Revista Política Externa – Vol 10 – nr 1 – 2001 – Universidade de São Paulo

Revista Veja – Número 1.824 (15.10.2003) - Número 1.838 (28.01.2004) – Entrevista Celso Amorim

www.bancodobrasil.com.br

www.bacen.gov.br

www.fazenda.gov.br

www.veja.com.br

www.alca-ftaa.org/alca

www.desenvolvimento.gov.br